

**ITAPECERICA DA SERRA – SP:
A VISUALIDADE E A PERCEPÇÃO DO NÚCLEO
CENTRAL PELA MEMÓRIA ICONOGRÁFICA E
COMPORTAMENTAL**



MYRIAM SALOMÃO

T/UNESP
704.98161
S173i

MYRIAM SALOMÃO

**ITAPECERICA DA SERRA – SP:
A VISUALIDADE E A PERCEPÇÃO DO NÚCLEO
CENTRAL PELA MEMÓRIA ICONOGRÁFICA E
COMPORTAMENTAL**

**Dissertação apresentada ao
Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista
para obtenção do título de Mestre em Artes Visuais**

Orientador: Profa. Dra. Claudete Ribeiro

São Paulo

2002



AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Claudete Ribeiro pela orientação e incentivo deste trabalho.

Ao historiador e professor itapecericano Dimas Cavalheiro Diniz pelas orientações em Itapecerica da Serra.

À atenção recebida dos funcionários da Secretaria de Cultura, do Departamento de Turismo e da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente de Itapecerica da Serra, especialmente ao Sr. Antonio Francisco Vieira (Serviço de Patrimônio Histórico Documental) e Daniele de Araújo Santos (Departamento de Turismo) que forneceram as condições para que eu examinasse a documentação fotográfica.

À Juliana Diniz Amaral Nasraui, Diretora do Departamento de Turismo e Jumara Moraes Bocatto, Coordenadora da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente de Itapecerica da Serra que me receberam com entusiasmo e atenção durante a pesquisa.

Ao Prof. Dr. Percival Tirapeli por todas as viagens e cidades que conheci nesses mais de dez anos de Barroco Memória Viva.

Agradecimentos especiais à Osvaldo Tadeu Schiavinatto, meu marido, por tudo que fez para que esse trabalho fosse concluído.

SUMÁRIO

Lista de Figuras.....	06
Resumo.....	08
Abstract.....	09
Introdução.....	11
1 – A abordagem metodológica.....	24
1.1 – A percepção fenomenológica.....	24
1.2 – Os procedimentos e o recorte fenomenológico.....	31
1.3 – Delimitação do material.....	33
2 – Olhares sobre a paisagem e cidades brasileiras e os registros das imagens.....	36
2.1 – Breve histórico.....	36
2.2 – Visualização imaginativa dos séculos XVI e XVII relativa ao Brasil.....	40
2.3 – Visão intelectual do século XVIII até o início do século XIX.....	45
2.4 – A pintura do pitoresco: uma visão construída da paisagem.....	50
2.5 – A imagem panorâmica.....	55
2.6 – As transformações do século XX.....	62
3 – Formação do núcleo central de Itapequerica da Serra.....	68
3.1 – Os subúrbios de São Paulo.....	70
3.2 – O quadro natural.....	73
3.3 – Remontando o passado.....	79
3.4 – O sítio urbano.....	89
3.5 – Traçado urbano.....	94
3.6 – As edificações.....	98
4 – Vivências, transformações e impulsos do núcleo central.....	103
4.1 – Vivências do núcleo central.....	103
4.2 – Percepção e imagens de Itapequerica da Serra.....	116
Considerações finais.....	120
Bibliografia.....	122

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1:** Martin Waldseemüller – *Mappamundi: Universalis Cosmographia Secundum Ptolomaei Traditionem et Americi Vespucci Aliomunque Illustrationes*, Saint-Dié, 1507 – Gravura 228,5 x 125,5 cm.
- Figura 2:** Lopo Homem (com Pedro e Jorge Reinel) – *Terra Brasilis*, mapa do Atlas Miller, 1515-1519 – Manuscrito iluminado sobre pergaminho 41,5 x 59 cm.
- Figura 3:** Georg Marggraf (des.) e Johannes Blaes (ed.) – *Brasília Qua Parte Paret Belgis*, Amsterdam, 1647 – Gravura em metal aquarelada 121 x 165,5 cm.
- Figura 4:** Frans Post – *O rio São Francisco e o Forte Maurício*, 1638 – Óleo sobre tela 60 x 88 cm.
- Figura 5:** Padre Diogo Soares – *Carta 9ª da Costa do Brasil ao Meridiano do Rio de Janeiro desde a Barra de Santos athe a da Marmbaya*, 1730-1746 – Aquarela sobre papel 19 x 32,5 cm.
- Figura 6:** Hercule Florence – *Cachoeira de Juruenna, chamada Salto Augusto, 1ª folha*, 1828 – Aquarela negra sobre papel 43 x 67,5 cm.
- Figura 7:** William Havell – *Cena de Jardim na Praia de Bragança – Porto do Rio de Janeiro*, 1827 – Guache sobre papel 34,3 x 51,5 cm
- Figura 8:** Jules Martin - *Vista geral da Imperial Cidade de São Paulo*, 1870 - Litogravura 23,5 x 35 cm
- Figura 9:** Charles Landseer – *Mercadores de São Paulo e Minas descansando em um rancho*, s.d. – Lápis e sanguínea sobre papel, 21 x 25 cm.
- Figura 10:** Charles Landseer – *Rancho de tropeiros*, 1827 – Óleo sobre madeira, 45 x 60 cm.
- Figura 11:** Sunqua – *Panorama do Rio de Janeiro: 1 – Vista da Praia Grande e Boa Viagem, 2 – Vista do Castelo até São Bento, 3 – Vista do Pão de Açúcar e Botafogo*, s.d. – Óleo sobre tela, 40 x 124 cm cada
- Figura 12:** Emil Bauch (des.) e J.Vogler – *Panorama do Rio de Janeiro em 1873*, 1873 – Cromolitogravura 71,5 x 242 cm
- Figura 13:** Aeromapa do núcleo central de Itapeverica da Serra/SP, 1973
- Figura 14:** Detalhe do mapa *Esta he a carta verdadeira da revolução q houve no Estado de São Paulo no anno de MCMXXXII*.

Figura 15: Vista de um dos inúmeros sítios de recreio da região de Itapecerica da Serra.

Figura 16: Vista aérea de Itapecerica da Serra na década de 1980.

Figura 17: Olaria da chácara Ashihara. Fotografia realizada no dia 05/08/1997.

Figura 18: Paisagem rural de Itapecerica da Serra.

Figura 19: Eucaliptais nas encostas. Fotografia tirada da torre da igreja matriz na década de 1990

Figura 20: Fotografia de uma das encostas da colina central, década de 1990.

Figura 21: Antiga casa de farinha em uma propriedade rural, explorada atualmente como atração turística.

Figura 22: Imagem de N. Sra. dos Prazeres de Itapecerica da Serra.

Figura 23: Fotografia panorâmica de vista da cidade de São Paulo a partir do centro de Itapecerica da Serra, abril / 2002.

Figura 24: Pedra desbastada do afloramento existente na rua Henrique Sóter Fernandes, conhecido como Caminho do Quara.

Figura 25: Colina central de Itapecerica da Serra com igreja matriz no topo, ao centro da imagem. Década de 1990.

Figura 26: Reforma realizada na igreja matriz (abril/maio de 2002).

Figura 27: Fotografia aérea do núcleo central de Itapecerica da Serra realizada na década de 1990.

Figura 28: Rotatória do acesso da cidade pela Estrada de Itapecerica - Santo Amaro, que liga a cidade com a região sul de São Paulo.

Figura 29: Mapa da região central de Itapecerica da Serra. Fonte: H.R.R. Publicações Cartográficas – Curitiba/PR, 2001.

Figura 30: Trecho da rua Luiz Gama no sentido para a rua Major Teles, década de 1990.

Figura 31: Alinhamento do casario da rua Luiz Gama em frente ao largo da Matriz. Década de 1990.

Figura 32: Folia do Divino se apresentando na praça da Matriz, 2000.

Figura 33: Cavaleiros partindo em romaria para Aparecida do Norte, 2001.

Figura 34: Procissão de Corpus Christi, 1999.

Figura 35: Tapete para a procissão de Corpus Christi, 1999.

Figura 36: Desfile de Aniversário da cidade, 08 de maio de 2000.

Figura 37: Desfile de Aniversário da cidade, 08 de maio de 2000.

RESUMO

O presente trabalho *Itapecerica da Serra (SP): a visualidade e a percepção do núcleo central pela memória iconográfica e comportamental* é um estudo do espaço central da cidade de Itapecerica da Serra, sua arquitetura, seus usos, vivências e costumes que se perpetuam desde a vila colonial, os grupos sociais que ali vivem ou viveram, suas crenças e ritos e as transformações sofridas pelo núcleo central.

Este conteúdo será analisado por meio de fontes iconográficas (fotografias, desenhos e mapas). Os dados obtidos na pesquisa histórica e na coleta de material serão comparados e posteriormente analisados por meio da fenomenologia da percepção, procedimento que tornará possível evidenciar a influência que as transformações sofridas pelo núcleo central da cidade tem sobre a memória cultural e visual dos habitantes, tornando-a importante dentro do estudo e possibilitando dar um significado adequado à realidade estudada.



ABSTRACT

The present work *Itapecerica da Serra (SP): the visuality and the perception of the central nucleus through the iconographic and comportamental memory* is a study of the central space of the town of Itapecerica da Serra, its architecture, its social uses, existences and habits that were perpetuated since the times of the colonial town, the social groups that live or lived there, their faiths and rites and the transformations by the central nucleus.

This content is analysed with the use of iconographic sources (pictures, drawings and maps). The data obtained in the historical research and in the collection of different materials are compared and later analysed through the phenomenology of the perception, procedure that will evidence the influence of the transformations that the central nucleus of the town have about the inhabitants's cultural and visual memory, making it important in the study and thus, giving an appropriate meaning to the studied reality.



INTRODUÇÃO

*Mas a cidade não conta o seu passado,
ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas,
nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas,
nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras,
cada segmento riscado por arranhões,
serradelas, entalhes, esfoladuras.¹*

¹ CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 14-15.



INTRODUÇÃO

Apresentarei a seguir, um relato das primeiras indagações que despertaram meu interesse pelo tema e como encaminhei o processo de investigação para desembocar na referida pesquisa.

Primeiras questões

O crescimento das cidades, a degradação dos espaços e a urbanização do mundo são fatos dos tempos modernos, decorrendo na mudança de uma sociedade rural para uma predominantemente urbana, acompanhada por alterações profundas e praticamente em todas as fases da vida. As respostas para as mudanças no espaço da cidade ultrapassam a compreensão estritamente arquitetônica.

As sucessivas modificações de Itapecerica da Serra, sempre em função do crescimento da cidade, não podem ser dissociadas das transformações do perfil da população residente na cidade e das transformações da cidade de São Paulo.

O exame dessa questão é indispensável para a compreensão da transformação do espaço urbano que não tem um planejamento que favoreça a adaptação a essas novas necessidades e características da população.

Uma das preocupações atuais de historiadores e pesquisadores que debruçaram em estudos sobre a memória cultural e artística, volta-se para perceber e ressaltar a importância histórico-cultural de obras significativas que possam estar contidas no espaço urbano, rural, fabril, em construções de trabalho ou em vilas

senhoriais. Os estudos históricos, artísticos, de urbanismo e de urbanização ² permitem reconstruir os valores técnico-figurativos e reabsorvê-los na perspectiva contemporânea.

*A cidade é algo mais do que um amontoado de homens individuais e de conveniências sociais, ruas, edifícios, luz elétrica, linhas de bonde, telefone, etc; algo mais também do que uma mera constelação de instituições e dispositivos administrativos – tribunais, hospitais, escolas, política e funcionários civis de vários tipos. Antes, a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição.*³

No processo de identificação do indivíduo ou de uma comunidade com um determinado espaço, seja urbano ou arquitetônico⁴, está envolvida a participação na definição de seu uso.

Esta participação é importante para que ele, o indivíduo, ou ela, a comunidade, estabeleça elos culturais com o espaço, que se manifestam nas festas religiosas ou não, procissões, comemorações, passeios, que são as vivências do espaço. A identificação com o ambiente é tão significativa que uma mudança pode ter repercussões imediatamente recebidas pela comunidade, tanto com satisfação revitalizando e ampliando seu uso, tanto com insatisfação, provocando o abandono do espaço e, conseqüentemente, a sua degradação.

Num país onde se destrói sem critérios, faz-se necessário a preservação documental e o desafio maior: a preservação ambiental natural ou arquitetônica. O desmatamento, a monocultura, as conseqüentes erosões do solo e a

² No desenvolvimento do trabalho utilizarei o termo *urbanização* entendido como o estudo da ocupação do espaço físico e geográfico pelo homem, ou seja, um processo social e por isso mais abrangente, ao passo que o termo *urbanismo* está relacionado aos estudos e projetos de organização do espaço urbano edificado (Reis Filho, 2000, p.13).

³ PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

⁴ Convém elucidar aqui a diferença entre as expressões: espaço urbano se refere ao espaço da cidade, como uma praça, um largo, uma rua, um bairro; já o espaço arquitetônico se refere a uma edificação, seja de uso público ou privado.

especulação imobiliária, são apresentados para citar apenas alguns fatores que vêm transformando e prejudicando a qualidade de vida de determinadas regiões.

A política de preservação de uma identidade cultural, com a participação da comunidade no assunto, é na prática, um ato de conscientização e convivência, e o resultado, conforme experiências operacionalizadas já demonstrou, é imediato. A experiência relatada por Arneiro⁵ no bairro do Gomerl, na cidade de Guaratinguetá (SP) e todos os sítios naturais e urbanos tombados pela Unesco no Brasil⁶ são exemplos precisos desta afirmativa.

A preservação começou a ser motivo de preocupação na Europa no século XIX, com a intensificação da Revolução Industrial e a metropolização das cidades, onde ocorria uma crescente tendência do adensamento urbano e conseqüente esvaziamento das áreas rurais. Em países como a Inglaterra, França e Itália, a implantação de conjuntos industriais traz consigo a descaracterização de monumentos, de ambientes, da paisagem e do habitat humano.⁷

Com o crescimento das cidades, o adensamento populacional nas áreas urbanas e a circulação viária tomaram-se cada vez mais agressivos. Alguns projetos viários rasgaram o núcleo urbano de diversas cidades, descaracterizando e desorganizando sua trama urbana, resultando na perda da proporção de seus espaços e a substituição do acervo arquitetônico⁸. Em São Paulo, por exemplo, o acervo arquitetônico foi quase totalmente substituído três vezes nos últimos 100 anos, existindo praticamente em um mesmo sítio, três cidades.⁹

⁵ ARNEIRO, Lúcia Maria B. C. de. *Projeto Gomerl de arte pública: arte sustentável e proteção ambiental ou o trabalho participativo na apropriação do espaço*. São Paulo: IA/Unesp, 2001. Dissertação de Mestrado.

⁶ TIRAPELI, Percival. *Patrimônios da humanidade no Brasil*. São Paulo: Metalivros, 2000.

⁷ SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ática, 1992.

⁸ JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

⁹ TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século*. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

Até recentemente preservava-se somente o monumento isolado. Esta diretriz era adotada inclusive no Brasil nos primeiros processos de tombamento realizados a partir de 1937 pelo recém criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN.¹⁰

A Carta de Veneza (1964) recomenda que o monumento seja inserido em sua ambiência, determinando que na preservação de sítios urbanos ou rurais, de um centro histórico, de um bairro, de uma vila, e até mesmo de uma cidade, seja considerada sua paisagem natural e aquela que foi sendo adicionada pelo homem com o passar dos séculos.

Uma das recomendações da Unesco¹¹ diz respeito aos espaços urbanos a serem preservados, colocando os mesmos como um dos componentes mais importantes do caráter das cidades, capazes de garantir, para a população que neles habitam, sua própria individualidade. Uma política de preservação efetiva deve preservar os bens culturais, a natureza, a paisagem e o habitat, não impedindo ou até mesmo propiciando, o desenvolvimento tecnológico, industrial, habitacional e natural do homem.

Ao se pretender abordar a preservação e a revitalização do entorno ou vizinhança de monumento, centro de uma cidade ou sítio natural ou paisagístico ou rural, a problemática se amplia em sua complexidade: população, trabalho, lazer, circulação, atentando ao bem coletivo na integração de diferentes setores em instâncias e níveis de administração. Estudam-se agora soluções adaptadas à realidade local, para solucionar um dos problemas mais difíceis que se apresentam nos projetos de preservação e revitalização dos centros históricos.

¹⁰ PESSÔA, José (org.). *Lucio Costa: documentos de trabalho*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

¹¹ UNESCO. *Convenção sobre a proteção do patrimônio mundial cultural e natural* (aprovada pela Conferência Geral em sua 17ª Reunião). Paris, 16/11/1972.

Outro ponto a ser considerado é o fato da maioria dos acervos arquitetônicos tombados estarem localizados em cidades de pequeno e médio porte, que tiveram seus acervos considerados pelo fato de estarem localizados em regiões estagnadas economicamente e socialmente. Essa marginalidade ameaçava principalmente o acervo arquitetônico, que se via ameaçado de transformar-se em ruínas pelo abandono ou pela falta de trato.

Decorre disto um aspecto que para a maioria das pessoas é contraditório: o tombamento é muitas vezes recebido como um cerceador do direito de propriedade, posto que é uma ação do poder público, mas cabe ao proprietário de um bem tombado a obrigação de mantê-lo conservado¹². É necessário rever as políticas de preservação dos órgãos públicos, federal, estadual ou municipal, mas isto não significa que elas não sejam fundamentais, pois o tombamento de um bem não elimina a possibilidade de reformas e adaptações de imóveis para usos novos, desde que seja controlada e acompanhada pelos órgãos.

Todas estas questões, preservação de bens culturais e naturais, tombamento e políticas culturais, sempre despertaram meu profundo interesse. Quando realizei minhas primeiras viagens às cidades e monumentos considerados patrimônios culturais, inicialmente acompanhada de minha família ainda na adolescência (como por exemplo, Ouro Preto e Mariana em Minas Gerais, Vitória, Vila Velha, Guarapari e Anchieta no Espírito Santo, Vila Velha e Paranaguá no Paraná, Florianópolis e Blumenau em Santa Catarina). Eu sempre me comovia andando pelas cidades, suas ruas, vendo as casas e, sobretudo, as pessoas que ali viviam, imaginando como se relacionavam com aqueles espaços.

¹² CONDEPHAAT. *Patrimônio cultural paulista*: CONDEPHAAT – Bens tombados 1968-1998. São Paulo: Imesp, 1999. p.13.



Primeiras buscas

Este sentimento que me acompanhava foi amadurecendo conforme avançava em meus estudos da graduação de licenciatura em Educação Artística, e até mesmo, me perguntando como a escola de ensino médio e fundamental tratava a questão, pois acredito que o despertar para memória e preservação cultural começa na educação fundamental.

Após a conclusão do curso de habilitação em Artes Plásticas em 1988, e pensando em vir a realizar um mestrado, integrei um grupo de alunos coordenado pela professora de Estética e História da Arte do IA/Unesp, Neide Marcondes, que realizou diversos estudos históricos de alguns municípios do estado de São Paulo, especificamente Iguape, Cananéia, Bananal, Sorocaba e Itapequerica da Serra. Nestas localidades já havia monumentos ou núcleos tombados pelo Condephaat (serviço de patrimônio estadual), ou em processo de estudo para tombamento.

Escolhi Itapequerica da Serra por três motivos: primeiro, a localização próxima de São Paulo com acesso fácil de automóvel ou ônibus partindo de diversos pontos. Segundo, a possibilidade de analisar uma cidade com poucos estudos realizados sobre ela, garantindo o tema inédito, tão importante na aprovação de projetos de pesquisa naquela época e terceiro, uma questão: por que uma cidade como Itapequerica que tem origem próxima em termos geográficos e temporais com Embu e Carapicuíba não tinha quase nada de seu patrimônio cultural preservado? O que teria acontecido com a cidade?

Eu já havia estado em algumas ocasiões visitando o centro de Itapequerica da Serra e Embu e era visível a diferença entre as duas cidades. Embu tem o seu núcleo central conservado e a população mantém a utilização do espaço com a realização da feira de artes. Percebe-se que há uma política de desenvolvimento urbano que reconhece a existência de um patrimônio cultural a

preservar e de uma ambiência urbana que coloca em prática medidas convenientes. É sabido quão pouco comum são as ações de planejamento e preservação do patrimônio cultural que contam ou contaram com a efetiva participação da comunidade.

No caso de Itapecerica da Serra a implantação do comércio, mal orientada, ignorou os valores paisagísticos e culturais, descaracterizando o patrimônio ambiental: exemplares arquitetônicos foram deformados com enormes letreiros comerciais; o traçado urbano tem sofrido com a imposição do uso do solo pela especulação imobiliária e com rodovias direcionadas para o núcleo central, destruindo relações interiores e sobrecarregando o quadro viário; a cidade como logradouro não fixa nada significativo, nem no uso das praças nem nos nomes das ruas centrais, cujos títulos são constantemente trocados de acordo com a conveniência política no momento, apagando da memória dos habitantes a toponímia, por vezes centenária da cidade e que explicaria muito de sua história, ou ao menos despertaria a curiosidade da população mais jovem saber o porque daquele nome de rua ou de praça.

Realizei uma investigação durante dois anos com bolsa de Aperfeiçoamento tipo B do CNPq, que teve uma abordagem histórica, com o levantamento de dados e procurei analisar o processo em que se encontrava a preservação histórico-cultural de Itapecerica da Serra, abordando fatores externos e internos, além de conclusões referentes ao objetivo central que era apresentar um projeto de revitalização de seu núcleo central. O plano fez parte do estudo *Memória, Criação, Estudo e Uso: Itapecerica da Serra – SP*, que também contou com um levantamento e análise das olarias da região rural do município realizado por outra aluna, Celi Bonina¹³, também sob orientação da Profa. Neide Marcondes.

¹³ BONINA, Celi. *As olarias de Itapecerica da Serra – SP*. Relatório final de bolsa de iniciação científica – São Paulo: CNPq, 1989.



Os estudos e propostas foram encaminhados à administração municipal de Itapecerica da Serra, através do Departamento de Cultura, mas acredito que tenha se perdido, pois o encarregado atual do Setor de Preservação e Documentação Histórica perguntou-me sobre as pesquisas anteriores, comentadas por um antigo funcionário que já se aposentou.

Conhecer a história de Itapecerica foi apenas um começo.

As indagações

De início, a pesquisa realizada logo após a conclusão de minha graduação, foi caracterizada por um trabalho de reconhecimento, buscando recuperar o sentido de cidade de Itapecerica da Serra: pouco a pouco eu redescobria a cidade que serviu inicialmente como posto avançado de catequese de índios, visando a formação de um núcleo de defesa do Colégio da Companhia de Jesus de São Paulo de Piratininga.

Mas esta redescoberta não era suficiente para responder a todas as minhas perguntas. Permanecia uma questão sobre o uso atual do espaço urbano: o que teria acontecido para explicar a aparente *morte*¹⁴ ou a decadência no uso do espaço central?

Nas minhas pesquisas até então não havia considerado o aspecto humano, que só ele poderia contribuir para encontrar as respostas, pois era o habitante e usuário que justificava a existência de uma cidade e a permanência, ou não, de seus espaços.

Realizei uma série de entrevistas com moradores, proprietários e funcionários de estabelecimentos comerciais e usuários da região central em 1989, e estas entrevistas tinham por objetivo verificar a frequência com que as pessoas

¹⁴ JACOBS, J. Op. cit., p.1-26.



iam até aquele espaço, que uso faziam dele e quais aspectos de sua visualidade (como fachadas, configuração das ruas, sinalização, arborização, iluminação, praças, letreiros) agradavam ou desagradavam a eles, assim como, quais sugestões teriam para melhorar o aspecto daquilo que consideravam desagradável ou inadequado do referido espaço.

Também fez parte deste levantamento, os usos da praça da Matriz, localizada no topo da colina central, e das ruas centrais que desciam a colina a partir da praça, relacionando as seguintes festividades:

- FESTA DO DIVINO
Data: maio ou junho (conforme calendário religioso)
- ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO
Data: 08 de maio
- LADAINHA DE SANTA CRUZ
Data: maio (conforme calendário religioso)
- CORPUS CHRISTI
Data: junho (conforme calendário religioso)
- ROMARIA À BOM JESUS DE PIRAPORA
Data: julho
- ROMARIA À SÃO ROQUE (À CAVALO)
Data: agosto
- ROMARIA À APARECIDA DO NORTE (À CAVALO)
Data: setembro

O relatório final da pesquisa foi encaminhado ao CNPq no primeiro semestre de 1991 e nas considerações finais, apresentei, como sugestão, uma série de ações que poderiam ser realizadas pela Prefeitura Municipal de Itapeverica da Serra.

Resumindo, foi um trabalho inicial de investigação e identificação da arquitetura e da urbanização com os períodos que caracterizam o processo de desenvolvimento das relações econômicas, sociais e políticas, servindo como estudo piloto para a minha dissertação de mestrado.

A leitura da cidade, nestes termos, permitiu a recomposição da sua história, através da interpretação dos significados acumulados nos exemplares da arquitetura urbana, fundamentada na análise dos fatores de organização, usos e estruturação espacial de forma associada às vivências locais.

A proposta atual

No período entre os anos de 1989 e 1993, participei dos cursos, atividades e viagens realizadas pelo grupo de Extensão *Barroco Memória Viva* do Instituto de Artes da Unesp, coordenado pelo Prof. Percival Tirapeli. Foi um trabalho de estudo não só de monumentos arquitetônicos e obras artísticas, mas de um conjunto artístico, com características brasileiras, incluindo aí as cidades.

Em 1994, fui admitida como professora efetiva de Desenho e Gravura no Departamento de Formação Artística do Centro de Artes da Ufes (Universidade Federal do Espírito Santo), transferindo-me para a cidade de Vitória, capital do estado. Coincidentemente, a história dos jesuítas no Brasil e a história da formação de cidades a partir de um núcleo jesuítico continuavam me acompanhando, tanto em Vitória como em cidades vizinhas – Vila Velha, Anchieta, Nova Almeida. Permaneci na Ufes até o segundo semestre de 1997, quando voltei para São Paulo.

Retornar para São Paulo foi também retornar para a minha formação acadêmica. Resolvi me inscrever no Programa de Pós-Graduação em Artes – Mestrado, do IA-Unesp e fui admitida.

Apresentei como proposta de pesquisa, uma investigação sobre as etapas de formação da visualidade do núcleo central de Itapecerica da Serra e quais influências estilísticas poderiam ser identificadas nas edificações.

De início, a pesquisa contava com as referências teóricas do Urbanismo, com os trabalhos de **Guilio Carlo Argan** – *História da Arte como história da cidade*, **Camillo Sitte** – *A construção das cidades segundo seus princípios*



artísticos, ambos voltados para uma dimensão estética e histórica das cidades, com o acréscimo dos textos de **Kevin Lynch** – *A imagem da cidade* que aborda os elementos marcantes que referenciam a locomoção e o uso do cidadão e assim as formas de leitura que o cidadão faz sobre a cidade e de **Jason Jacobs** – *A morte das grandes cidades*, que investigam a fisionomia das cidades, do fato dessa fisionomia ter ou não alguma importância e da possibilidade de modificá-la.

No decorrer do encaminhamento da proposta de pesquisa para um orientador, conversei com a Profa. Claudete Ribeiro que me sugeriu uma nova abordagem para o trabalho: a percepção fenomenológica proposta por Maurice Merleau-Ponty.

Por isso, a proposta atual da pesquisa ***Itapecerica da Serra (SP): a visualidade e a percepção do núcleo central pela memória iconográfica e comportamental*** abrange as questões já expostas anteriormente, e na medida em que nada se esgota na vida, procurarei *submeter a cidade a novos olhares, sem esgotá-la*¹⁵, investigando como as transformações e impulsos do núcleo central afetam na vivência do espaço por seus usuários e habitantes.

*... a questão que se coloca é, pois, sobretudo, uma questão de método, isto é, da construção de um sistema intelectual que permita, analiticamente abordar uma realidade, a partir de um ponto de vista. Este não é um dado em si, um dado a priori, mas uma construção. É nesse sentido que a realidade social é intelectualmente construída.*¹⁶

As características ambientais e vivenciais constituem a própria consciência coletiva, e considerando estes aspectos, foram definidos os seguintes objetivos para a pesquisa:

¹⁵ BARBOSA, Alexandre Lourenço (org.). *Aparecida: a multiplicidade do olhar*. Aparecida (SP): Imagem, 2000. p.6.

¹⁶ SANTOS, Milton. *Natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997. p.62-3.

1. Investigar o espaço do núcleo central da cidade de Itapequerica da Serra (SP), que teve origem no século XVII;
2. Pesquisar a formação e utilização deste núcleo central;
3. Detectar as transformações do núcleo e
4. Identificar as vivências que se perpetuam nos costumes, desde a vida colonial até hoje, no uso do espaço do núcleo central.

Fotografias, mapas e relatos constituem o material utilizado como fonte para a pesquisa, abordados tecnicamente por meio da fenomenologia da percepção.

O trabalho é dividido em cinco partes:

- O **primeiro capítulo** tem três partes. Apresento na primeira parte uma exposição acerca da percepção fenomenológica; na segunda parte descrevo os procedimentos que serão utilizados para interpretação do tema, ou seja, o recorte fenomenológico, e na terceira parte delimito o material a ser analisado.
- No **segundo capítulo** faço um relato histórico das imagens da paisagem brasileira, das suas vilas e cidades relacionando-o com o desenvolvimento de técnicas de registro imagético (desenho, pintura, panorâmica, fotografia, foto aérea e de satélite e imagem digital).
- No **terceiro capítulo** realizo a descrição histórica da formação da cidade de Itapequerica da Serra em seis partes. Na primeira, a formação das vilas e cidades do Brasil no período colonial, com destaque para a cidade de São Paulo e o programa de implantação de núcleos dos jesuítas, e da segunda parte em diante trato de Itapequerica da Serra, da formação de seu núcleo central e sua história, ocupação do solo, traçado e direções da cidade, praças, igreja e edificações do núcleo central.

- No **quarto capítulo**, dividido em duas partes, apresento na primeira as vivências neste espaço e suas transformações e na segunda parte, realizo a análise e interpretação das imagens da cidade e como elas atuam na percepção do espaço, utilizando a abordagem fenomenológica.
- Ao final do trabalho, apresento minhas considerações finais.



1 – A ABORDAGEM METODOLÓGICA

1.1 – A percepção fenomenológica

Todo saber está no mundo em que se vive. O próprio ato de pensar, antes de ser uma reflexão, é a descoberta do mundo antecedendo inclusive a construção do seu significado. E para que a construção de seu significado aconteça efetivamente, o homem, sujeito desta ação, precisa perceber o mundo.

Considerando esta afirmação, podemos adquirir conhecimento ou perceber uma situação através da experimentação direta das coisas, sem considerar inicialmente, as explicações originárias das várias áreas do conhecimento. Esta possibilidade é dada pela Fenomenologia, que se coloca como uma retomada do real, pois o sujeito está frente ao mundo que não é imaginado, nem interpretado, nem analisado, mas vivido.

Pretendendo fazer da Filosofia uma ciência rigorosa o filósofo alemão Edmund Husserl (1859-1938), nos primeiros anos do século XX desenvolveu a abordagem teórica da Fenomenologia. A Filosofia como ciência rigorosa, deveria ter como tarefa o estabelecimento das categorias puras do pensamento científico, e para alcançar este objetivo usaria a *redução fenomenológica*, na qual o fenômeno se apresentava puro, livre de elementos pessoais e culturais.

A Fenomenologia apresenta-se como um modo ver o dado em toda a sua pureza, na sua pura evidência, fornecendo-nos uma nova objetividade como dado absoluto, na sua essência. Segundo Husserl, as essências são dadas intuitivamente e se apresentam à intuição quando existe realização dos significados da consciência. Sua idéia básica é a noção de *intencionalidade*, ou seja, da consciência que está sempre dirigida a um objeto, reconhecendo o princípio de que

não existe objeto sem sujeito.¹⁷

Isto requer a eliminação de três aspectos chamados por Husserl de *redução*:

- 1) eliminação do subjetivo: a postura diante do objeto deve ser puramente objetiva;
- 2) exclusão de todo o quadro teórico, hipóteses, demonstrações ou qualquer forma de saber adquirido: só entra em questão o que é dado;
- 3) exclusão de toda tradição, isto é, daquilo que se veio ensinando até o presente sobre o objeto.

Mais tarde Husserl voltou-se para a investigação do *mundo vivido* pelos sujeitos considerados isoladamente, renunciando às suas declarações iniciais. Consciente do que esta nova formulação da Fenomenologia enfrentaria, procurou estabelecer um conhecimento verdadeiramente objetivo, de validade geral para todos, afirmando que onde se distingue entre o eu que tem uma vivência; a vivência e o mundo que pode estar influenciando o eu e a vivência, existe um dado que é a essência do fenômeno. E a essência se determina pela sua universalidade.

Isto significa que a Fenomenologia estuda o universal, o que é válido para todos os sujeitos, ou seja, o que eu conheço, o que eu vivencio é vivência para todos, porque foi reduzida a sua pureza íntima, a sua realidade absoluta: o mundo que eu conheço é o mundo que pode ser reconhecido por todos.¹⁸

O pensador francês Maurice Merleau-Ponty (1908-1961) deu continuidade às idéias de Husserl da fase da Fenomenologia do mundo vivido, dando uma descrição completa do conceito como o estudo das essências e como

¹⁷ TRIVIÑOS, Augusto. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação*. São Paulo: Atlas, 1987. p.42-43.

¹⁸ TRIVIÑOS, A. Op. cit. p.46.

um método de conhecimento fundamentado na existência do homem e do mundo a partir de sua faticidade.

Em seu texto sobre o tema *Fenomenologia da Percepção*, publicado em 1945, Merleau-Ponty estabeleceu três pontos básicos ao defini-lo:

- 1º) um sentido geral, sendo a Fenomenologia o estudo descritivo de um conjunto de fenômenos tal como eles se manifestam no tempo ou no espaço, por oposição quer às leis abstratas e fixas destes fenômenos, quer à realidade transcendente de que seriam as manifestações, quer à crítica normativa de legitimidade;
- 2º) a Fenomenologia como método é o esforço para apreender, através dos conhecimentos e dos fatos empíricos, as *essências*, ou seja, as significações ideais. Estas são apreendidas diretamente por intuição quando se trata de elementos singulares, estudados em pormenor e de uma maneira mais concreta;
- 3º) a Fenomenologia é como um sistema que procura estabelecer o princípio último de toda a realidade. Como ela se situa no ponto de vista da significação, este princípio será aquele pelo qual tudo ganha um sentido, o ego transcendental e exterior ao mundo, mas voltado para ele. Aliás, este sujeito puro não é único, porque faz parte da significação do mundo oferecendo-se a uma pluralidade de sujeitos.¹⁹

Merleau-Ponty coloca a percepção fenomenológica como uma retomada do real que deve ser descrito, não construído ou constituído porque o sujeito está frente ao mundo que não é imaginado, nem interpretado, nem analisado, mas é vivido:

*O mundo não é um objeto do qual possuo comigo a lei da constituição; ele é o meio natural e o campo de todos os meus pensamentos e de todas as minhas percepções explícitas.*²⁰

¹⁹ LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico da Filosofia*. Trad. Fátima Sá Correia. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p.397-398.

²⁰ MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p.6.

Para perceber as idéias concretizadas nas coisas, revelar como as coisas são na sua realidade concreta é preciso olhar as coisas de modo adequado, seguindo um rigoroso método de observação para eliminar a ambigüidade e a superficialidade da observação comum, e assim atingir o significado profundo.

Nunca atingimos a realidade das coisas como tal, mas só através do modo como elas nos manifestam, ou seja, através de sua fenomenologia. Dada a polivalência do fenômeno é preciso vivenciá-lo de certa maneira para captar-lhe o significado que nos interessa.

Ao mesmo tempo, Merleau-Ponty alerta que isto não quer dizer que não posso assimilar a percepção às sínteses que são da ordem do juízo, dos atos ou da predicação porque a percepção é o fundo sobre o qual todos os atos se destacam e ela é pressuposta por eles. A Fenomenologia é justamente a possibilidade de unir o subjetivismo ao objetivismo em sua noção de mundo.

No processo de percepção fenomenológica, o mundo percebido não é puro, mas carregado do sentido das experiências pessoais do ser, da intersecção com as experiências do outro, pela engrenagem de umas nas outras. Portanto, sua unidade é formada da subjetividade e da intersubjetividade das experiências, cabendo ao pensador deste mundo tentar pensar o mundo, o outro e a si mesmo e conceber suas relações.²¹

Para analisar a percepção do fenômeno, Merleau-Ponty aponta as experiências de sensação, associação, projeção das recordações, atenção e juízo como responsáveis pela determinação do campo fenomenal:

²¹ MERLEAU-PONTY, M. Op. cit., 1999, p.18-9.



*... a síntese que compõe os objetos percebidos e que afeta em certo sentido os dados perceptivos não é uma síntese intelectual; ... O que me impede de tratar minha percepção como um ato intelectual é que um ato intelectual apreenderia o objeto, ou como possível, ou como necessário e que ele é, na percepção, "real"; ele se oferece como a soma interminável de uma série indefinida de perspectivas; cada uma das quais lhe diz respeito e nenhuma o esgota...*²²

É possível ver porque se está no mundo e o que se concebe como idéia é fruto das relações que a realidade concreta do sujeito e seu corpo, conseguem estabelecer com o resto, isto é, com o mundo comportando todas as contradições e complexidades que uma interpretação oferece. E para o autor, o acesso ao mundo só é possível através do *corpo próprio*:

*A experiência motora de nosso corpo não é um caso particular de conhecimento; ela nos fornece uma maneira de ter acesso ao mundo e ao objeto... Meu corpo tem seu mundo ou compreende seu mundo sem precisar passar por "representações", sem subordinar-se a uma "função simbólica" ou "objetivante".*²³

O corpo pode deslocar-se no espaço e esse deslocamento transcorre no visível. Quando mexo o corpo, altero o campo visível e esse movimento, antes de decisão do espírito, é um amadurecimento da visão. Assim, o corpo não é uma coisa, mas é o modo fundamental de ser e de estar no mundo, é ele que dá um sentido aos objetos naturais e aos objetos culturais como as palavras.²⁴

O modo físico mais imediato de percepção do mundo ou dos objetos desse mundo é através do olho, relacionando-se com o dado circunstancial, fazendo parte dele. O olhar passeia sobre as coisas capturando-as, sem se deter.

²² MERLEAU-PONTY, Maurice. *O primado da Percepção e suas consequências filosóficas*. Campinas (SP): Papyrus, 1990, p. 47.

²³ MERLEAU-PONTY, M. Op. cit., 1999, p.195.

²⁴ MERLEAU-PONTY, M. Op. cit., 1999, p.315.

Admite configurações que não estão visíveis, mas estão lá ou que podem passar a estar desde que o olhar desloque-as.

Ver é descrever; não posso ver alguma coisa supondo-a existente, sem que antes eu me perceba existindo no ato de vê-la. Ver é acercar-se do mundo pelos fenômenos e ao mesmo tempo, é receber o impacto do mundo, é comover-se, é encantar-se.

Merleau-Ponty aponta que quando se percebe um objeto, se a vivência e a experiência deste objeto já estão internalizadas culturalmente no sujeito é possível apreender o que não está sendo visto dentro do campo visual, antecipando esta percepção numa relação mental com o objeto. Como a percepção acontece a partir do próprio corpo e numa dada cultura, isto também permite a interpretação a partir de aspectos comuns, percebidos por muitas pessoas de forma semelhante.²⁵

A realidade é resultado de sínteses sucessivas ou concomitantes de perspectivas como aproximação ao que se vê. É por isso que um mesmo objeto apresenta-se de maneira diferenciada para um mesmo indivíduo, dependendo da posição em que este se coloca como observador e dos elementos oferecidos pela experiência vivida do percebedor.

Assim como a experiência vivida oferece subsídios para a identificação do conteúdo percebido, o ato perceptivo envolve a associação e a projeção de recordações:

... na leitura de um texto a rapidez do olhar torna lacunares as impressões retinianas, e que os dados sensíveis devem portanto ser completados por uma projeção de recordações ... para vir a completar a percepção, as recordações precisam ser tornadas possíveis pela fisionomia dos dados. Antes de qualquer contribuição da memória, aquilo que é visto deve presentemente organizar-se de modo a oferecer-me um quadro em que eu possa reconhecer minhas experiências anteriores.

*Assim, o apelo às recordações pressupõe aquilo que ele deveria explicar: a colocação em forma dos dados, a imposição de um sentido ao caos sensível.*²⁶

A abordagem do objeto artístico através da percepção fenomenológica nos possibilitará a experiência da percepção no momento em que se constituem as coisas, as verdades, os bens, os fenômenos em estado nascente, propiciando as verdadeiras condições da própria objetividade, pois como afirma Merleau-Ponty:

*Perceber não é experimentar um sem-número de impressões que trariam consigo recordações capazes de completá-las, é ver jorrar de uma constelação de dados um sentido imanente sem o qual nenhum apelo às recordações seria possível. Recordar-se não é trazer ao olhar da consciência um quadro do passado subsistente em si, é enveredar no horizonte do passado e pouco a pouco desenvolver suas perspectivas encaixadas, até que as experiências que ele resume sejam como que vividas novamente em seu lugar temporal.*²⁷

A percepção é responsável pela geração de informações e possibilita o estímulo para a ação. Nesse contexto, a Fenomenologia é uma percepção do limite de um certo modo de pensar e, portanto, de existir, cuja necessidade sentida e à qual responde, é a de uma superação desse mesmo limite. A fenomenologia é uma abordagem teórica para investigar o fundamento das coisas. O fundamento é o seu significado, o sentido que as coisas tem para o homem, permitindo que a realidade possa ser descoberta em plena evidência, não precisando ser inventada nem construída miticamente.

²⁵ MERLEAU-PONTY, M. Op. cit., 1999, p.273-8.

²⁶ MERLEAU-PONTY, M. Op. cit., 1999, p. 43-4.

²⁷ MERLEAU-PONTY, M. Op. cit., 1999, p. 47-8.

1.2 – Os procedimentos e o recorte fenomenológico

O significado das coisas origina-se do modo de se ser no mundo, significado este que procurarei abordar na análise das vivências e usos do espaço central da cidade de Itapecerica da Serra, tema da presente pesquisa.

Na sua definição de Fenomenologia, Merleau-Ponty acrescenta que só é possível compreender o homem e o mundo a partir da sua "facticidade":

*... o mundo já está sempre "ali", antes da reflexão, como uma presença inalienável, e cujo esforço todo consiste em reencontrar este contato com o mundo ... é também um relato do espaço, do tempo, do mundo "vividos" ...*²⁸

Transpondo esta constatação para a percepção da cidade de Itapecerica da Serra, o olhar sobre a cidade jamais será ingênuo ou indiferente: será um tipo de compromisso entre o que olha – e verá – e a coisa olhada, que estava lá, mas pairava vazia porque estava descarregada de significado. O significado das coisas origina-se de um modo de ser no mundo, significado este que procurarei investigar com a análise das vivências e usos do espaço central da cidade.

Essa investigação deve ser entendida como colocar em andamento uma interrogação direta sobre o objeto de estudo:

*Investigar não é, assim, uma aplicação sobre o real do que já se sabe a seu respeito. Ao contrário, é a ele que perguntamos o que queremos saber dele mesmo. ... A investigação é vista e tratada aqui desde um ângulo menos reduzido, como todo **querer saber, querer compreender** que se lança **interrogante** em direção àquilo que o apela, que o afeta, que provoca sua atenção e interesse.*²⁹

²⁸ MERLEAU-PONTY, M. Op. cit., 1999, p.1.

²⁹ CRITELLI, Dulce Mara. *Analítica do sentido: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica*. São Paulo: Educ/Brasiliense, 1996. p.25-26.



Investigar Itapequerica da Serra tem sentido, pois quero saber o que aconteceu com o uso de seu espaço urbano central, o que demonstra as transformações e como as percebo, permitindo que o próprio objeto de estudo forneça o fundamento do método fenomenológico para a sua compreensão: **o que é e como é**, pois o ser de algo sempre é composto por estas duas questões.³⁰

Em Itapequerica da Serra, **o que é** a cidade está contido na sua história, sua origem, suas vivências e o **como é** está nos usos que se faz hoje do espaço central urbano.

O uso de determinados espaços na cidade se transformou ou perdeu sua importância porque o seu sentido de ser para as pessoas se transforma. Quando as coisas mudam é porque mudaram nossas idéias a seu respeito, mudou a serventia que tinham para nós, nosso interesse por elas, nossos modos de nos referirmos a nós mesmos e uns aos outros.

O mundo é uma sutil e poderosa trama de significação que nos enlaça e dá consistência para o nosso ser, nosso fazer, nosso saber. Porém, uma trama fluída, que desaparece sob nossos pés tão logo o sentido que se faz, se dilui e nos faz falta.³¹

A cidade nada mais é do que o mundo artificial criado pelo homem para existir sobre o mundo natural. Segundo Critelli³², o mundo não consegue nos abrigar e acolher da mesma maneira como faz com os elementos naturais. Mesmo o mundo artificial que criamos sobre o mundo natural para podermos existir e morar nele, não nos oferece garantias de fixação.

As idéias mudam, assim como mudam as sensações, as emoções, as perspectivas, os interesses, as lembranças... Mudam os modos de

³⁰ CRITELLI, D. M. Op. cit., 1996, p.27.

³¹ CRITELLI, D. M. Op. cit., 1996, p.18.

³² CRITELLI, D. M. Op. cit., 1996, p, 16-17.



relação que os homens mantêm com as coisas, com os outros, consigo mesmos. Os elementos da cidade continuam presentes e referenciais, mas seu significado e o sentido que fazem em nossa existência se alteram.

1.3 – Delimitação do material

Como disse anteriormente, para a Fenomenologia toda experiência visual está inserida num contexto de espaço e tempo, assim como a aparência percebida recebe a influência do que se avizinha nesse espaço e daquilo que já se sabe sobre ele, ou seja, o campo fenomenal é determinado pelas experiências de sensação, associação, projeção das recordações, atenção e juízo.

No presente caso, o espaço central da cidade de Itapecerica da Serra, os usos e vivências da praça central com a igreja matriz, as ruas ao redor e as transformações que verificamos com o passar do tempo, serão os elementos responsáveis pela determinação do campo fenomenal.

A área de observação escolhida, núcleo urbano da colina central da cidade de Itapecerica da Serra, é delimitada pelas ruas que unem três praças: praça da Matriz, praça João Pessoa e praça 15 de novembro.

A dinâmica das vivências humanas no espaço da cidade é o foco em seu aspecto fenomênico: elas aparecem, desaparecem e/ou reaparecerem em diversas épocas.

As vivências selecionadas para o estudo integram o Calendário de Eventos da Prefeitura Municipal de Itapecerica da Serra que mescla atividades religiosas, musicais e culturais. O elemento unificador delas é o espaço central da cidade: são iniciadas ou realizadas na praça da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres. São elas:



- **FESTA DO DIVINO**

Data: maio ou junho (conforme calendário religioso)

Local: ruas centrais da cidade e praça da Matriz.

Antes extinta, está sendo resgatada através de projeto organizado pelo Departamento de Cultura e a comunidade.

- **ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO**

Data: 08 de maio

Local: ruas centrais da cidade, Estádio Municipal e Ginásio de Esportes.

Festa que acontece no centro histórico com desfile de escolas, exposição de artes, danças e shows. É organizado pela Prefeitura Municipal – Departamento de Cultura.

- **LADAINHA DE SANTA CRUZ**

Data: maio (conforme calendário religioso)

Local: Cruzeiro da praça da Matriz.

Evento religioso iniciado aproximadamente a 30 anos por um grupo de senhoras religiosas e coordenado pela Sra. Zoraide Eva das Dores (tel. 4666-6660).

- **PROCISSÃO E TAPETE DE RUA DO CORPUS CHRISTI**

Data: maio ou junho (conforme calendário religioso)

Local: ruas centrais da cidade, a partir da praça da Matriz.

A comunidade, os artistas plásticos e alunos com o apoio da Prefeitura Municipal e da Igreja, confeccionam durante a madrugada um tapete feito de tampinhas, serragens, carvão, pó de café e pó de mármore para passar a procissão de Corpus Christi.

- **ROMARIA À BOM JESUS DE PIRAPORA**

Data: julho

Local: partida e chegada na praça da Matriz.

Romeiros, pedestres, ciclistas, cavaleiros, charreteiros e motorizados partem do centro da cidade com destino à Pirapora do Bom Jesus. Retorno à Itapecerica da Serra com benção, queima de fogos e show regional na praça da Matriz. Organização: Comissão de Romaria e Departamento de Turismo.

- **ROMARIA À SÃO ROQUE (A CAVALO)**

Data: agosto

Local: partida e chegada na praça da Matriz

Grupo de amigos reúnem-se e vão a cavalo até a cidade de São Roque.



- ROMARIA À APARECIDA DO NORTE (A CAVALO)

Data: setembro

Local: partida na praça da Matriz

Um grupo de amigos reúne-se anualmente para um ato de fé. Percorrem 370 Km a cavalo em direção ao Santuário de Aparecida do Norte.

Organização: Cavaleiros da Fé (tel. 4666-2062).

Para essa análise, os instrumentais são mapas e fotografias de diversas épocas que demonstram como processou a ocupação da colina central, as edificações, o traçado das ruas e, principalmente, o uso desse espaço pelos habitantes. Isto se justifica porque as relações entre o presente e o passado não podem ser desconsideradas na configuração de um objeto ou de um lugar.

As imagens da cidade – fotografias e mapas – são representações da cidade, representações estas que abrigam e expressam as coisas em sua manifestação apenas provisoriamente e necessariamente, não traduzem o que é o ser para os homens quando realizada, nem quando observada novamente em outro momento. Porém, uma pesquisa da percepção da imagem da cidade como elemento indispensável para a produção da identidade e dos significados urbanos não pode deixar de recorrer a este instrumental.

2 – OLHARES SOBRE A PAISAGEM E CIDADES BRASILEIRAS E OS REGISTRO DAS IMAGENS

Considero necessários alguns esclarecimentos referentes ao que será realizado neste capítulo sobre a formação e a construção da representação da imagem da paisagem das cidades brasileiras, como foram criados esses primeiros registros imagéticos sobre o Brasil, e os recursos visuais e técnicos próprios de cada época, na medida que os mesmos não foram encontrados em nossa pesquisa de campo com relação a Itapequerica da Serra. Entretanto, como o processo perceptual permite a apreensão da cidade, estabeleço um parâmetro do registro histórico realizado para o Brasil e o que estou realizando para a cidade em estudo.

2.1 – Breve histórico

Com a exceção dos registros estrangeiros, a paisagem brasileira permaneceu formalmente ausente da representação iconográfica produzida por luso-brasileiros até o início do século XIX. O que podemos constatar a partir desta produção estrangeira são algumas questões decorrentes do nosso processo de colonização: a paisagem foi devastada pela exploração extensiva e predatória da terra, promovida de início com o pau-brasil, e depois com a crescente ocupação da paisagem pelas grandes extensões verdes dos canaviais.

O olhar dos luso-brasileiros permaneceria cego a eles mesmos: na terra ocupada por homens de armas, comerciantes e missionários, havia espaço apenas para a conquista, o lucro e o religioso com altares e naves barrocas. Não deixa de ser curioso pensar sobre esta espécie de cegueira, pois os portugueses sabiam desenhar e pintar; mas apenas dedicaram a sua arte para os mapas,

questão fundamental para a posse e exploração das novas terras e para a religião católica, fosse nos retábulos para a decoração de altares, fosse na pintura votiva, revestida de um cunho mais ingênuo e popular.³³

Foram os primeiros viajantes, Frei André Thévet (viajante francês, cosmógrafo do rei e representante da Igreja Católica Franciscana que esteve no Brasil em 1555 acompanhando a expedição de Villegagnon), Hans Staden (alemão que esteve no Brasil em duas ocasiões: a primeira em 1547 e a segunda em 1550 quando ficou prisioneiro de índios tupinambás antropófagos nas proximidades de São Vicente durante nove meses e meio), Jean de Léry (missionário calvinista que teria estado no Brasil em 1556, onde conviveu cerca de um ano entre os índios tupinambás), ou Claude d'Abbeville (missionário capuchinho que viajou pelo Brasil em 1616 acompanhando a expedição de conversão de selvagens da França Antártica), que fizeram os primeiros relatos e esboços da colônia portuguesa. Eles eram, contudo, cronistas do formidável, do singular, dos seres desconhecidos e das coisas grandiosas e variadas para o qual o homem não encontrava explicação.

Foi no Nordeste brasileiro que se realizou a primeira experiência de coleta sistemática de imagens e espécimes do Novo Mundo com a vinda de João Maurício de Nassau-Siegen para dirigir a Companhia das Índias Ocidentais, e que traz uma comitiva de artistas: Franz Post (pintor de paisagens de formação ignorada e que veio ao Brasil em 1637 com a incumbência de pintar edifícios e locais civis e militares), Zacharias Wagener (artista amador que veio ao Brasil em 1634 como soldado raso da Companhia das Índias Ocidentais e permaneceu em Pernambuco e na Paraíba até 1641) e Albert Eckhout (pintor cuja vida se sabe muito pouco, conhecido mais pela sua produção no Brasil entre 1637 e 1644 acompanhando a comitiva de Maurício de Nassau), além de Gillis Peeters (pintor de

³³ BANDEIRA, Júlio. *A paisagem pitoresca no Brasil*. Rio de Janeiro: Museus Castro Maia, 1998. p.8.



paisagens que possivelmente esteve no Brasil por cerca de um ano integrando a comitiva de Nassau quando realizou anotações, esboços e pinturas). A iconografia por eles produzida fez com que a Europa conhecesse detalhadamente a fauna, a flora e cenário brasileiro.

As descrições porventura feitas até a chegada da família real em 1808, foram realizadas a partir de relatos de aventureiros que avançaram em terras proibidas e fechadas aos olhos estrangeiros por Portugal.

Na segunda metade do século XVIII, iniciou uma era de descobrimentos que, em particular para a Inglaterra, foi semelhante ao que o último quartel do século XV representou para Portugal e Espanha. Assim como Pedro Álvares Cabral, o Capitão James Cook tomou posse de uma nova terra no Hemisfério Sul; oficialmente sua viagem era para observar o Tahiti e a passagem do planeta Vênus pelo céu naquela região; mas suas ordens secretas diziam para confirmar a existência de um continente: a Austrália. A expedição, de passagem pelo Rio de Janeiro em 1768, trazia a bordo de uma das embarcações dois artistas, Sidney Parkinson e Alexander Buchan que, proibidos de desembarcarem pelo Vice-Rei português, realizaram a chamada *paisagem pitoresca* no Brasil: esboçaram a costa de Cabo Frio e do Rio de Janeiro em 49 desenhos, onde aparecem os morros da cidade, como o Pão de Açúcar, cobertos de bromélias que descem até a beira do mar.³⁴

Estes desenhos representaram o início de uma jornada ao encontro da verdadeira fauna e flora do Brasil que se concretizou com os desenhos e pinturas que Alexandre Rodrigues Ferreira realizou dezessete anos depois na Amazônia. Esta é considerada a primeira ocasião, em trezentos anos, que um brasileiro parte em busca da natureza, não para explorá-la, mas para conhecê-la e

³⁴ BANDEIRA, J. Op. cit., p.22.



admirá-la nas suas particularidades, podendo enfim, enxergar a paisagem iluminada.

Os portos do Brasil foram abertos aos viajantes em 1808 com a chegada da Corte portuguesa. A variedade do relevo e da vegetação, por tanto tempo escondidos, continuava sendo até então um espetáculo fascinante da natureza. E para a cultura dos viajantes, a natureza brasileira representava algo de tão assombroso quanto às maravilhas da Grécia ou do Egito foram para os antigos.

Esses artistas viajantes sob o signo da observação da natureza, buscavam a libertação dos ornamentos, de paisagens artificiais e humanas. A paisagem brasileira foi resgatada em desenhos e aquarelas por mãos amadoras como as da inglesa Maria Graham, que esteve no Brasil por três vezes entre 1821 e 1825, ou de artistas ingleses e alemães que acompanharam e ilustraram expedições científicas.

Entre as duas primeiras décadas do século XIX, com a vinda dos viajantes desenhistas amadores, que não estavam necessariamente ligados a uma expedição científica, o olhar não foi mais o de artistas a serviço de um príncipe, mas o de indivíduos que escolheram vir para cá à procura do pitoresco em cidades, sertões e costas desabitadas.

Foi o olhar destes desenhos, aquarelas, gravuras e pinturas produzidas principalmente entre os séculos XVI e XIX, que influenciou as imagens sobre nossas cidades até hoje. Mesmo que utilizando-nos das novas formas de registro de imagens, como a fotografia, incluindo aqui a foto aérea, de satélite, a digital e o vídeo, as nossas imagens sempre nos remetem para as pequenas vilas do período colonial representadas em desenhos e aquarelas.

2.2 – Visualização imaginativa dos séculos XVI e XVII relativa ao Brasil

A partir do descobrimento de novas terras pelos portugueses e espanhóis, e no caso que nos interessa, do Brasil, iniciou-se uma divulgação de representações de um mundo, o Brasil, para um outro, a Europa, versada em imagens literárias e imagens visuais e portanto, com capacidade de interpretá-las.

Os mares e as terras recém-descobertos ganharam seus primeiros contornos mais precisos através da cartografia que, como desenho instrumental, era para orientar a prática dos navegadores. É reconhecida a superioridade da ciência náutica portuguesa do século XVI, assim como a reputação da cartografia e o realismo do traçado com o qual os portugueses fixaram o desenho da costa do continente sul-americano.

Os mapas destinados ao uso dos navegadores foram revolucionados nesta época pela redescoberta de uma obra antiga: a *Geografia grega* de Ptolomeu, já conhecida dos árabes e só recuperada pelo Ocidente no século XV (**Figura 1**). A contribuição de Cláudio Ptolomeu reside na concepção da forma esférica da terra e no caráter projetivo do espaço fixado na superfície bidimensional, questão esta que vem ao encontro das novas concepções espaciais renascentistas.³⁵

Outra tradição cartográfica do século XVI foi a decoração artística dos mapas, adotada principalmente pelos franceses, com exemplares em que predominou a intenção decorativa. O teor iconográfico preponderante faz supor que fosse uma cartografia destinada à exposição, não caracterizada pelo conteúdo secreto das informações e que não se destinava exclusivamente aos fins da navegação (**Figura 2**).

³⁵ BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. Imaginário do Novo Mundo. In: *O Brasil dos viajantes*. São Paulo: Objetiva/Metalivros, 2000. v.1, p.67.



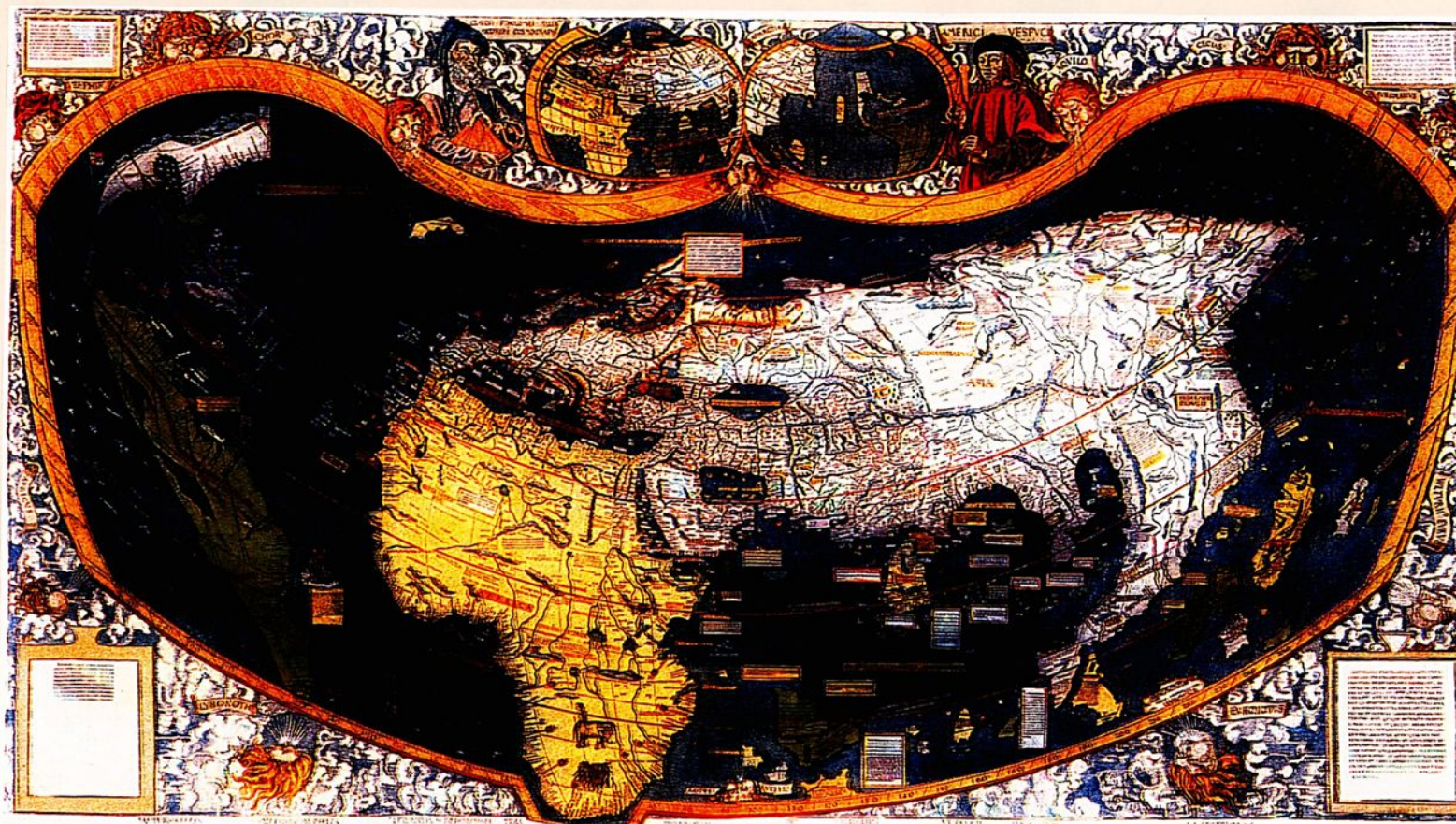


Figura 1: Martin Waldseemüller – *Mappamundi: Universalis Cosmographia Secundum Ptolomaei Traditionem et Americi Vespucci Aliomunque Illustrationes*, Saint-Dié, 1507 – Gravura 228,5 x 125,5 cm.



Figura 2: Lopo Homem (com Pedro e Jorge Reinell) – Terra Brasilis, mapa do Atlas Miller, 1515-1519 – Manuscrito iluminado sobre pergaminho 41,5 x 59 cm.

Os mapas nos quais predominaram imagens foram explorados também nos séculos XVII e XVIII, vindo a adquirir novas feições pelos recursos da figuração e sendo publicados em grande número na refinada técnica da gravura em cobre de flamengos e holandeses (**Figura 3**).

As paisagens do Brasil pintadas por artistas holandeses que estiveram no país durante o governo de Nassau ou baseadas em registros visuais trazidos à Holanda testemunham a variedade de tradições artísticas que se veio combinar com os novos estímulos visuais, como a atmosfera surpreendentemente luminosa, a imensidão da paisagem despovoada, o estranhamento provocado pela vegetação e pelos animais dos trópicos, pela visão da diversidade dos tipos humanos, em meio à sonoridade das línguas dos portugueses, índios, africanos e mestiços do Brasil.

Esse aspecto plano da terra holandesa permitiu ao observador do solo a percepção da extensão territorial e a presença ostensiva do céu: o artista a se defrontar com um mundo feito de espaço, ar e luz, nuvens e vento (**Figura 4**). Situados no solo, os holandeses olhavam a planície e, ao mesmo tempo, ampliavam a extensão da paisagem por meio da vista panorâmica a vôo de pássaro, muitas vezes povoada com cenas humanas, ressaltando a grandiosa visão da paisagem.³⁶

³⁶ BELLUZZO, A. M. de M. Op. cit., v.1, p.120-1.





Figura 3: Georg Marggraf (des.) e Johannes Blauws (ed.) – *Brasília Qua Parte Paret Belgis*, Amsterdam, 1647 – Gravura em metal aquarelada 121 x 165,5 cm.



Figura 4: Frans Post – *O rio São Francisco e o Forte Maurício*, 1638 – Óleo sobre tela 60 x 88 cm.

2.3 – Visão intelectual do século XVIII até o início do século XIX

Parte significativa dos desenhos realizados pelos portugueses durante o período colonial, é obra cartográfica, de caráter instrumental e técnico, referente à demarcação e ocupação da paisagem, controlada através das conquistas progressivas do território e da definição das fronteiras portuguesas ou através da ocupação militar da costa, para defesa do país ameaçado pelas invasões estrangeiras.³⁷

Esse período que chega até o século XVIII é conhecido como o ciclo dos engenheiros militares e foi caracterizado pela confecção de cartas da

³⁷ BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. Um lugar no universo. In: *O Brasil dos viajantes*. São Paulo: Objetiva/Metalivros, 2000. v.2, p.49-50.

costa marítima, plantas das cidades brasileiras e riscos de fortificações. Entre os melhores exemplos, podemos citar os mapas de Diogo Homem, geógrafo português que explorou a capitania do Maranhão no século XVI e as cartas e plantas de punho do padre jesuíta, astrônomo e geógrafo Diogo Soares que participou da famosa e pioneira Expedição Geográfica dos Padres Matemáticos, entre 1730 e 1748, com o propósito de estabelecer os limites territoriais na América (Figura 5).

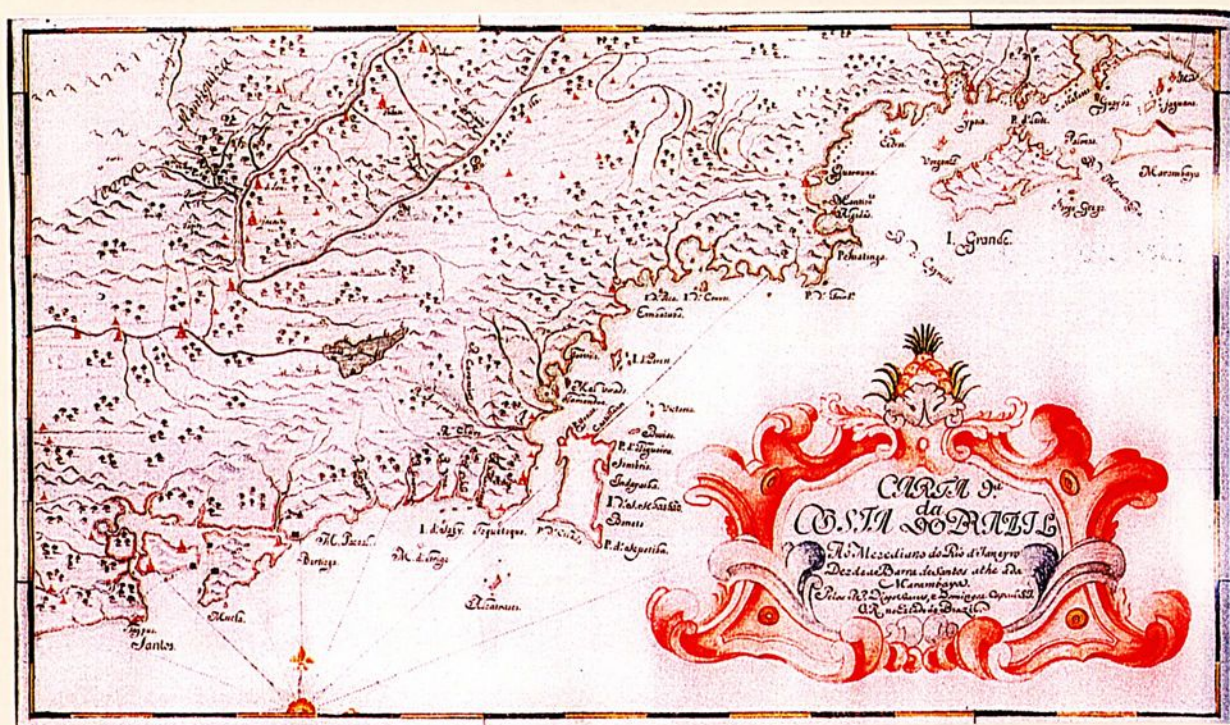


Figura 5: Padre Diogo Soares – Carta 9ª da Costa do Brasil ao Meridiano do Rio de Janeiro desde a Barra de Santos athe a da Marmbaya, 1730-1746 – Aquarela sobre papel 19 x 32,5 cm.

Também colaboraram com o ciclo dos engenheiros militares, especialistas italianos como Antonio Giuseppe Landi, natural de Bologna, contratado como desenhista por D. João V para ir ao Pará em 1753 integrar a Comissão de Demarcação dos Confins da América tornando-se arquiteto régio em Belém, como contou com a participação do engenheiro militar francês João Masse,

que fez em 1714, a primeira planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro com suas fortificações e em escala correta.³⁸

Da mesma forma que promoveu a demarcação e fortificação do território brasileiro e o traçado das plantas das cidades, a coroa portuguesa impediu a entrada de estrangeiros para não divulgar os recursos naturais do Brasil.

Durante o século XVII, desenhistas participavam das tripulações que percorriam o mundo. Por isso, enquanto os portos do Brasil permaneceram fechados, as expedições de circunavegação de passagem pela costa brasileira, tinham apenas autorização para abastecer os navios. Nessas ocasiões, foram realizados diversos registros em desenho e aquarela das vilas brasileiras a partir do mar.

As viagens ao redor do mundo prosseguem durante a primeira metade do século XIX, contando sempre com a presença de um pintor ou desenhista a bordo. Contudo, desde a abertura dos portos, com a vinda da corte portuguesa ao Brasil em 1808, criou-se a possibilidade das expedições científicas penetrarem no interior do Brasil, como fizeram as expedições promovidas pela metrópole no século XVIII, tendo início um novo ciclo de explorações.

Este novo ciclo inseriu a botânica na paisagem e propiciou o sentimento estético da natureza, pois até então as espécies eram representadas e estudadas isoladamente. Os estudos sobre a distribuição e o desenvolvimento das espécies, no espaço e no tempo, já não dependiam tanto das relações de semelhança entre os reinos, gêneros e espécies, mas da compreensão das equivalências entre diferentes formas de vida.

De uma maneira geral, além dos artistas agregados às expedições, os naturalistas aprimorados em academias européias e os naturalistas

³⁸ BELLUZZO, A. M. de M. Op. cit., v.2, p.50.



amadores eram dotados de recursos de desenho que faziam parte da formação naquele tempo. Todos traziam na bagagem esse meio para realizar a primeira aproximação com um mundo praticamente desconhecido, para enfrentar o cenário não habitual, para preservar a memória visual ao lado do diário manuscrito, quando já não estivessem mais diante do observado.

A partir da metade do século XIX, o desenho já não desempenhava o mesmo papel alcançado junto à ciência desde primeira metade do século XVI. O infinitamente pequeno e o infinitamente grande fogem da escala do olho humano e a existência já não é mais apreendida por seu intermédio. Em vez da educação do olhar para o mundo, impunha-se um olhar interior ou a necessidade de um olho equipado.

Ao lado das funções assumidas pelo olho, que tem a tarefa de configurar e identificar o mundo, o uso de aparelhos constituiu padrões de verdades visuais tidos como objetivos, desde a câmara clara até a câmara escura, que ganharam grande difusão a partir da fotografia.

As transformações da experiência ótica, da experiência artística e da prática científica do século XIX conduziram a um outro momento. A partir da cisão costumeiramente marcada na história da arte pelo *Romantismo*, ao artista cabia sentir e ao cientista cabia conhecer. Com isso, o cientista passou a se aliar cada vez mais ao que entendia ser um padrão objetivo de visão, substituindo a companhia do artista pela máquina fotográfica, assim como a experiência direta do olhar pela experiência mediada pela fotografia, que tomou proeminência sobre o desenho.

Em 1824, aportou no Rio de Janeiro, Antoine Hercule Florence, como oficial da Marinha Real da França e integrou a expedição do Barão de Langsdorf. Florence buscava a objetividade em seus registros por todos os meios,

explorando técnicas de representação e reprodução da natureza. Ao final da expedição, fixou-se no Brasil, na cidade de Campinas/SP.

Florence era primordialmente desenhista e, mesmo quando se valia da aquarela, orientava o foco de sua atenção para uma certa “objetividade” de representação. Não há dúvidas que fez uso da câmara clara para obter um traçado linear homogêneo e alcançar um risco aparentemente neutro e impessoal (Figura 6). Realizou a descoberta isolada da fotografia no Brasil em 1833. Também fez experiências para reproduzir a imagem colorida no papel, processo que chamou *poligrafia*, além de ter deixado um manuscrito intitulado *Zoophonie*, no qual descreve um método de registra sons e articulações emitidos pelos animais.

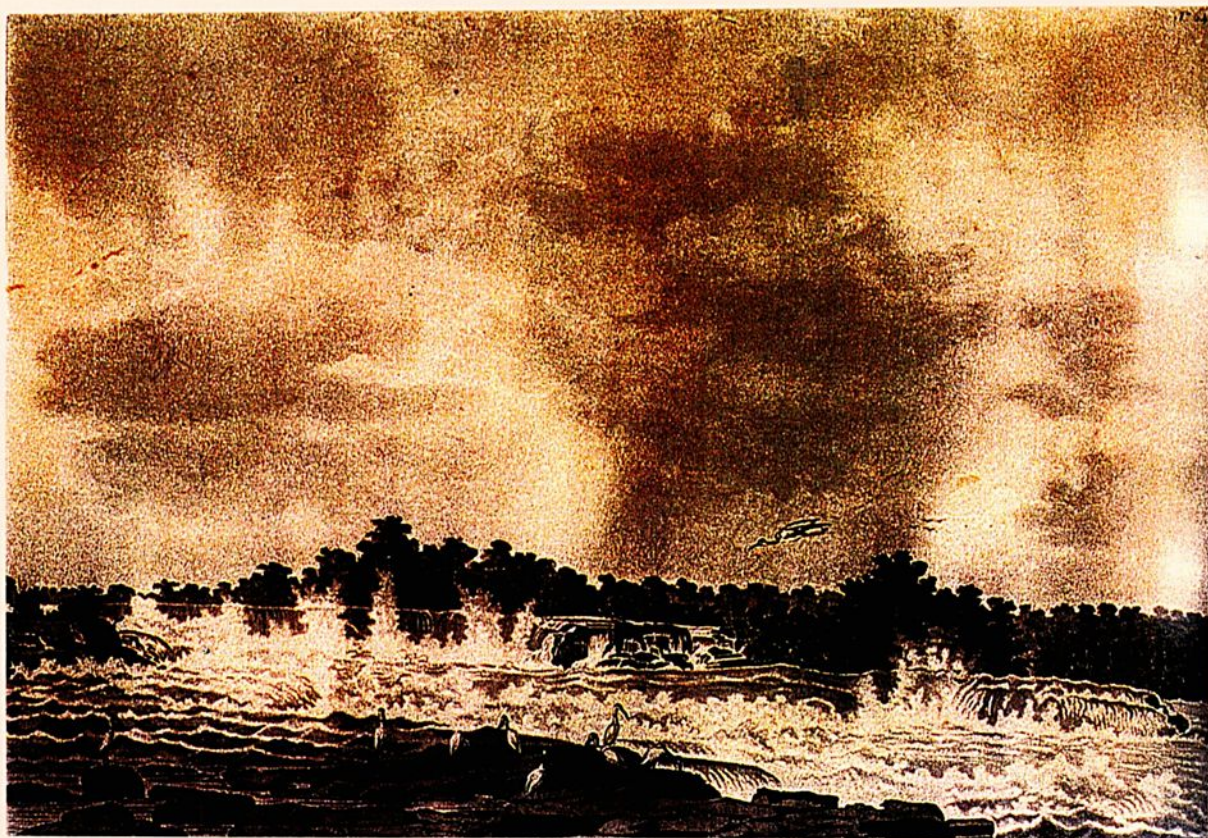


Figura 6: Hercule Florence – *Cachoeira de Juruenna, chamada Salto Augusto, 1ª. Folha, 1828* – Aquarela negra sobre papel 43 x 67,5 cm.

2.4 – A pintura do pitoresco: uma visão construída da paisagem

O jardim inglês, predominante no século XIX, foi um artifício no qual se pretendeu arranjar a natureza por imitação da arte. A pintura era tida como mestra por excelência em se tratando de evidenciar o modo irregular e assimétrico de distribuição da natureza, os efeitos variados assumidos pela vegetação e pelas superfícies rugosas sobre as quais se imprimiam ocorrências luminosas. O percurso da paisagem acidentada deveria surpreender e levar à fruição de uma sucessão variada de quadros.

O pitoresco natural, conhecido como *romanesco*, deu lugar ao termo *romântico* que apareceu inicialmente associado ao jardim pitoresco, no qual a natureza era parceira do homem. Os novos valores paisagísticos representavam uma atitude de escape concomitante com a idealização da vida rural.

Eram escolhidos os melhores pontos de vista da paisagem para se emoldurar nos quadros os temas da vida simples, recortados do meio rural. Expandiu nesse século uma literatura do passeio pitoresco, pela qual o leitor é convidado a refazer o próprio percurso, durante o qual poderia encontrar-se no ponto de vista adotado pelo artista.³⁹

Essa visão desinteressada, que apreendia a natureza a partir de características emprestadas da arte, é uma das marcas dos artistas profissionais e amadores que vieram da Inglaterra ao Brasil a partir da segunda década do século XIX.

A visão pitoresca proporciona entendimento mais adequado de aspectos fundamentais da construção da paisagem, equivocadamente atribuídos ao apelo dos lugares sobre o observador. Demonstra que a dimensão sensível inerente a toda e qualquer paisagem dependem também da educação visual do

³⁹ BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. A construção da paisagem. In: *O Brasil dos viajantes*. São Paulo: Objetiva/Metalivros, 2000. v.3, p.18-20.



observador. O mundo exterior só passa a estimular o artista quando intuído ou percebido através de códigos culturais.

A paisagem pitoresca oferece evidências do que poderíamos chamar imagens prévias criadas pela pintura, agindo no momento da percepção do mundo sensível. Concorre para a justa compreensão de que toda paisagem decorre de um encontro entre o que é dado a ver e o que a cultura legitima no que é visto.

A maioria dos desenhos de viajantes do século XIX, explorou as relações entre a arquitetura e a natureza, pontos de vista surpreendentes, pelos quais o observador reconhecia a grande extensão paisagística, o caráter arranjado das plantas nos jardins e a ambiência criada para as casas. Ao lado do jardim botânico, o jardim privado foi motivo predominante para o registro de viajantes, portadores de conhecimentos preliminares de botânica, que encontravam no arranjo de jardins e quintais das residências o microcosmo natural, coerente com seus valores de interioridade e privacidade (**Figura 7**).

A origem e a formação artística dos ingleses que passaram pelo Brasil após a vinda da corte não era nada homogênea: Maria Graham, Emeric Essex Vidal, William Gore Ouseley eram todos desenhistas amadores; o tenente Henry Chamberlain, os comerciantes Joseph Tully e Richard Bate e o reverendo Walsh, tinham o hábito do passeio pelos arredores da cidade ao ar livre, praticavam a aquarela e demonstravam certo encanto pela aparição pitoresca. Como as belas-artes não ocupavam papel central em suas vidas, eles desfrutavam o desenho com certa liberdade, conforme era hábito entre os bem-nascidos.

Fugiam a essa regra as personalidades artísticas formadas em academias européias, que exploravam de forma conseqüente os meios de expressão ou que estavam ligadas de algum modo à especulação científica. Se não romperam totalmente com noção de pitoresco, como demonstra a sua prática, introduziram-na em outra órbita de gravitação.



Figura 7: William Havell – *Cena de Jardim na Praia de Bragança – Porto do Rio de Janeiro*, 1827 – Guache sobre papel 34,3 x 51,5 cm

Essa produção demonstra que eram artistas preparados para aplicar componentes estruturais da representação visual de modo construtivo, obtendo resultados que não podiam ser deduzidos somente de dados da visão. A palavra *vista* que aparece impropriamente aplicada a essa concepção de desenho da paisagem, tem o inconveniente de evocar uma postura passiva, que não condizia com a atitude de uma clara intervenção na paisagem (Figura 8).

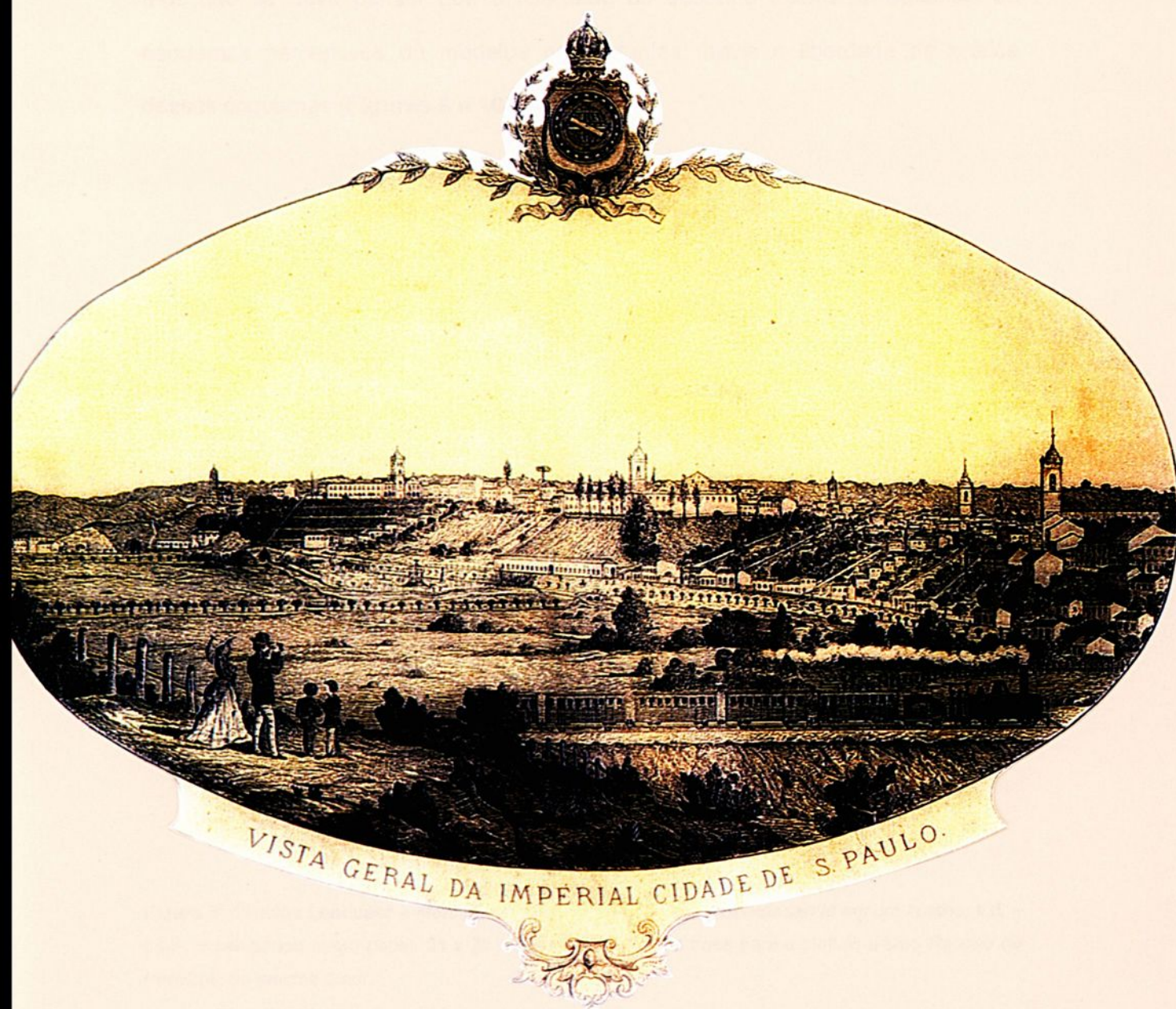


Figura 8: Jules Martin - Vista geral da Imperial Cidade de São Paulo, 1870 - Litogravura 23,5 x 35 cm

Para examinar melhor essa questão, é bom lembrar o *status quo* do desenho e da aquarela na época, considerados como técnicas preparatórias e não como resultado final. No entanto, atualmente o interesse que esses desenhos despertam parece vir exatamente do caráter sintético do gesto configurador, imediato e livre que forma a imagem. Os desenhos originais dos viajantes, quando comparados às gravuras deles resultantes, passam ao observador essa sensação; mas não se deve pensar que a liberdade de desenho ocorra na ausência de esquemas perceptivos ou modelos preexistentes: havia a liberdade na prática desses esquemas (Figuras 9 e 10).



Figura 9: Charles Landseer – *Mercadores de São Paulo e Minas descansando em um rancho*, s.d. – Lápis e sanguínea sobre papel, 21 x 25 cm. A obra serviu de base para a pintura a óleo *Rancho de tropeiros*, do mesmo autor.



Figura 10: Charles Landseer – *Rancho de tropeiros*, 1827 – Óleo sobre madeira, 45 x 60 cm. A obra é baseada no desenho de *Mercadores de S. Paulo e Minas descansando em um Rancho*, do mesmo autor.

2.5 – A imagem panorâmica

Outro aspecto da produção de imagens ao longo do Oitocentos, foi a frequência com que os artistas viajantes de todas as procedências e das mais diversas tradições artísticas, produziram de *vistas panorâmicas*, o que demonstra uma profunda afinidade desse século com a visão do todo ou de um espaço amplo, transformando-a em um modelo paisagístico por excelência.⁴⁰

⁴⁰ BELLUZZO, A. M. de M. Op. cit., v.3, p.50.

É uma solução paisagística de grande extensão articulada por um ponto de vista central para soltar o olhar em todas as direções, dando origem a uma espécie de paisagem circular.

A palavra grega *panorama*, visão do todo, não esteve restrita aos artifícios da paisagem circular e aos seus derivados. Ela também foi adotada para designar o amplo alcance do campo perceptivo, e seu uso generalizado abrangeu tantas modalidades de vistas panorâmicas que convém um esclarecimento a propósito de uma compreensão específica correspondente à moda inaugurada pelos irmãos Baker, na Inglaterra.

Robert Baker é considerado o inventor do panorama, enquanto pintura ilusionista, circular e contínua, que se tornou um fenômeno popular durante o século XIX. Para melhor entendimento desse modelo, é conveniente distingui-lo de outro modelo de vista paisagística praticada desde inícios do século XVIII, que também aparece muitas vezes sob a designação de vista panorâmica: a *veduta*:

*A tradição vedutista não rompe com a idéia do quadro, nem subordina o visto ao efeito ilusionista, nem submete cada parte do conjunto à impressão geral. Admite a intervenção do artista no interior da composição da paisagem.*⁴¹

O panorama proporcionado pela *visão total* foi uma aliança da pintura em *trompe l'oeil* com uma arquitetura em espaço cilíndrico, construída especialmente para receber tal vista. A pintura circular disposta no interior cilíndrico é oferecida ao olho do espectador, que se encontra em uma plataforma central e pode abraçar todo o horizonte, sem discernir a que distância que se encontra do cenário que contempla, sendo falsificada a dimensão contínua entre ele e a linha do horizonte pintada (**Figura 11**).

⁴¹ BELLUZZO, A. M. de M. Op. cit., v.3, p.50.



Figura 11: Sunqua – Panorama do Rio de Janeiro: 1 – Vista da Praia Grande e Boa Viagem, 2 – Vista do Castelo até São Bento, 3 – Vista do Pão de Açúcar e Botafogo, s.d. – Óleo sobre tela, 40 x 124 cm cada

Robert Baker exibiu o primeiro panorama circular em uma rotunda construída pelo arquiteto Mitchell em Leicester Square, Londres, por volta de 1790. Trata-se de uma vista da própria cidade, pintada a partir de desenhos de seu filho Henry Aston Barker.

A aceitação do panorama dura até o final do século XIX, com tematizações da visão das cidades e na apresentação de poderio militar através de pinturas de batalha e posteriormente, em outras utilizações históricas e propagandísticas desse artifício. Possibilitava, de certa forma, a viagem aos países distantes e difundiu tanto os célebres patrimônios artísticos, como Roma, Grécia, Florença, quanto as paisagens dos Alpes e os lugares exóticos, como Calcutá e Rio de Janeiro.

O panorama precedeu uma série de aperfeiçoamentos e inovações das técnicas visuais do século XIX que utilizaram a luz e o movimento, como o *diorama* de Daguerre, que explorava modificações de luz e animação no grande quadro fixo e plano; o *photorama*, inventado em 1892; o *ciclorama*, em Chigado em 1894, que fizeram do século XIX o domínio do artifício visual, entendido como mais uma das tentativas na direção das técnicas de divertimento popular que precederam a indústria cultural do século XX, passando pelo cinema, vídeo e chegando até a realidade virtual. Em comum, todas são registros imagéticos que colocam o espectador em frente da tecnologia da imagem, como se estivesse diante da realidade.

Inúmeras paisagens descritivas e “realistas” de lugares do Brasil, elaboradas pelos viajantes do século XIX, tinham, em última análise, a intenção de construir sucedâneos da paisagem natural como possíveis substitutos do lugar.



Desde a invenção da *cidade ideal* do Quatrocentos ⁴², o conteúdo arquitetural, aliado à construção perspectiva, constituiu um recurso precioso para o artista se contrapor à ausência de regras na paisagem natural. Há profunda correspondência entre a procura científica de um princípio da natureza e a ordem geométrica, de conteúdo arquitetural, que se encontra na paisagem desses homens que pretendiam a uma união entre arte e ciência.

A pintura panorâmica oferecia vários desafios. O primeiro deles era como lançar espaço no quadro, isto é, o partido a ser adotado para abranger a extensão no campo bidimensional do desenho e da pintura. Outra dificuldade era como concentrar ou abrir o espaço no interior do quadro e fazer com que nele coubesse tudo.

Como exemplo de solução para algumas destas questões, convém citar o Panorama do Rio de Janeiro de Emil Bauch, cromolitografado por Vogler e impresso no Instituto Artístico de Conrad Grefe de Viena, em 1873, revelando que o segredo poderia estar tanto na elevada altitude do ponto de vista quanto na vista aérea, em vôo de pássaro, que estendeu o território. Mas como poderia ter sido tomado seu panorama, naquela época? Afinal, não se pode excluir a hipótese de que os artistas de panoramas também usassem meios mecânicos, como câmaras e lunetas e outras lentes, para alterar as proporções internas do desenho (Figura 12).

Os panoramas circulares que foram tomados a partir de embarcações, baseados na linha que separa o mar da terra, situavam os altos perfis montanhosos da costa brasileira diante do observador, colocada abaixo da linha do horizonte. Outra solução era atingir o ponto geográfico mais alto para descortinar a cidade ao longe.

⁴² ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p.73-4.





Figura 12: Emil Bauch (des.) e J.Vogler – *Panorama do Rio de Janeiro em 1873*, 1873 – Cromolitogravura 71,5 x 242 cm.

Nos dois casos, o artista afastava-se fisicamente da cidade. Como as cidades brasileiras eram ainda pequenas no século XIX, elas se prestaram muito bem a realização de panoramas de todo o conjunto urbano, o que era dificultado pelo crescimento das cidades européias.

Também nessa época, após a chegada da corte ao país, apareceram os primeiros ateliês litográficos que concorreram para a divulgação dos álbuns de imagens e formação de uma recepção das imagens do Brasil. No Rio de Janeiro, com a instituição da Imprensa Régia, se desenvolveu a xilogravura e o Arquivo Militar propiciou a gravação litográfica.

Em São Paulo, a gravura litográfica foi introduzida por Jules Martin. O artista francês veio para o Brasil em 1868, fixando-se na cidade paulistana. Lecionou modelagem no Liceu de Artes e Ofícios, além de ministrar cursos de desenho, caligrafia e técnicas de pintura.

A pintura contou com suas próprias tradições e também se beneficiou da experiência acumulada pelos desenhistas de paisagem da primeira metade do século XIX. Por sua vez, o desenho aliou-se à gravura e acompanhou a literatura, particularmente tocada por um modo jornalístico, indissociável dos álbuns pitorescos de índole mais realista e dos álbuns de vistas pitorescas ou paisagísticas do Brasil.

No século XIX como já disse anteriormente, o desenho era considerado o esboço preliminar para a pintura, dividindo também o seu lugar com a aquarela, pela qual irrompe uma sensação direta do mundo, conduzida ao papel através da impressão visual da cor.

No final do século XIX, a clássica perseguição da aparência de “realidade” pela pintura já se vê diante de outra questão, assim como os limites da pintura que perseguiram a neutra “visão natural”: o alcance da técnica fotográfica.



2.6 – As transformações do século XX

O crescimento vertical das aglomerações dos centros urbanos do século XX no Brasil e no mundo, com construções de até mais de 300 metros de altura, é quase nada quando comparado com o crescimento da mancha urbana nas suas dimensões horizontais, que chegam, em muitos casos, a mais de 100 quilômetros. Sempre houve predominância das dimensões medidas junto ao terreno sobre as dimensões verticais das construções. Entretanto, na maior parte das cidades, de algum ponto no seu entorno ou de um avião, era possível abarcar toda a aglomeração.

Até o século XIX era possível até mesmo de uma elevação natural de terreno contemplar um centro urbano em sua quase totalidade.

Tem-se assim, na forma urbana uma alteração da forma do terreno, pela substituição do seu revestimento vegetal, do solo e da rocha por rugosidades produzidas pelas edificações com texturas e cores novas. Contudo, mesmo essas cores e texturas provêm dos recursos lá existentes. As forças sociais que interagiram no lugar, promoveram o crescimento mais ou menos acelerado, o adensamento e a profundidade das modificações, determinando a forma das adaptações e usos do espaço.

O objeto enorme em que se constituíram as aglomerações modernas tem que ser visualizado em outra escala e de outra perspectiva. É possível percorrer esses espaços, mas é necessário um tempo maior no processo de percepção. Algo que não pode mais ser observado como uma pintura ou apreendido numa fotografia. Essa camada ondulante e irregular de objetos dispersos sobre o terreno precisa de um filme ou de uma fita de vídeo para ser, de certa forma, registrada.

Um edifício, isoladamente, quase sempre pode ser apreendido numa única foto ou num único olhar, de distância conveniente, mantendo as suas



características, enquanto as grandes aglomerações urbanas deste século perdem definição se observadas de um satélite. Mesmo assim, este tem sido o recurso técnico cada vez mais utilizado pelos planejadores para uma visão geral dessas aglomerações.

Aqueles que vivem nessas aglomerações não as conhecem na sua totalidade, mas apenas um pedaço ou alguns caminhos no seu interior. Se saírem desse pedaço ou desses caminhos, deverão munir-se de guias e mapas nos quais os lugares receberão referência alfanumérica.

O desenvolvimento da tecnologia das comunicações, entendida como a transmissão de energia e de informações a grandes distâncias, a execução mesmo de ações à distância e conseqüente eliminação da presença física das pessoas, reduzindo as interações, modificaram completamente as relações no espaço, tanto para a produção quanto para o consumo. A função troca assumiu uma forma mais abstrata, discreta; retraiu-se para o subsolo, recolheu-se ao invisível da teletransmissão.

Como veremos essa nova cidade? Como a representaremos imagetivamente? Por quais meios? Ou seja, qual a imagem que teremos e que queremos ver?

A cidade é a concentração física que ajuda na superação das restrições de tempo pela minimização das limitações do espaço. As telecomunicações por sua vez, superam as restrições de espaço pela minimização do tempo, interligando pontos distantes à velocidade da luz.⁴³ Dessa combinação resulta que a vida urbana parece hoje mais acelerada, mais fragmentada e mais difícil de entender do que em qualquer outro momento desde o final do século XIX.

⁴³ GRAHAM, Stephen. Rumo à cidade em tempo real: desenvolvimento urbano numa sociedade globalizada e telemiática. In: MORENO, Júlio (org.). *Da cidade da pedra à cidade virtual*. São Paulo: Agência Estado, 1996. p.21.

Há uma invasão silenciosa nas grandes cidades, invisível e crescente, da *bitsphera* na vida de comunidades e pessoas. O impacto desta tecnologia de informação digital tem um exemplo muito popular que se reflete na arquitetura: a popularização dos caixas automáticos de bancos já ameaça de extinção as agências bancárias, que antigamente eram construídas em estilo neoclássico para transmitir uma imagem de segurança e solidez.⁴⁴

Com a comunicação via Internet, muitas vezes nos encontramos em "lugares" que não podem ser localizados nos mapas das cidades. O modelo tradicional de comunicação baseado em sincronicidade e presença física pressupõe um tempo e um lugar para tudo. Mas num mundo assíncrono qualquer coisa pode acontecer a qualquer momento.

A Internet logo poderá se transformar em uma cidade de altas muralhas, com portas trancadas e travas nas janelas. A imagem é de que poderemos ter o fim da comunidade de compartilhamento aberto, o que não deixa de refletir nossas atuais cidades reais. A Internet dispersa, subverte e redefine radicalmente nossas ações de comunidade e vida urbana pois ela é fundamental e profundamente antiespacial.

Arquitetos e planejadores urbanos da era digital estão começando a re-teorizar o corpo no espaço. Por milênios, arquitetos preocuparam-se com o corpo no meio ambiente, dando-lhe abrigo, calor e segurança. Agora terão que contemplar um corpo ampliado eletronicamente, re-configurável, que sente e age à distância, ao mesmo tempo em que se mantém ancorado ao seu próprio mundo.

Durante os séculos XIX e XX, as cidades foram transformadas por sucessivas ondas de tecnologia de transporte e comunicações. A cada estágio,

⁴⁴ RABINOVICI, Moisés. Invasão de bits transforma a vida das cidades. In: MORENO, Júlio (org.). *Da cidade da pedra à cidade virtual*. São Paulo: Agência Estado, 1996. p.9.



uma nova combinação de prédios, sistemas de transporte e redes de comunicação serviram às necessidades de seus habitantes.⁴⁵

Para registrar todas essas transformações também surgiram novas formas de registro: o cinema e o vídeo, que permitem o registro da imagem em movimento; a fotografia digital, que registra a imagem em bits; a micro e macro fotografias; a fotografia de satélite... E assim como surgiram novas formas de registro de imagem, também tivemos novas formas de transmissão de informações como o fax-símile, a telefonia celular e a rede de transmissão de dados via computadores.

Agora, a imagem da cidade e as suas formas de registro, divulgação e leitura passam por uma nova mutação com as fotos via satélite e o seu crescimento. Estamos diante de uma nova visão panorâmica e da oportunidade de repensar as idéias recebidas sobre o que são as cidades (**Figura 13**).

⁴⁵ JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p.377-83.



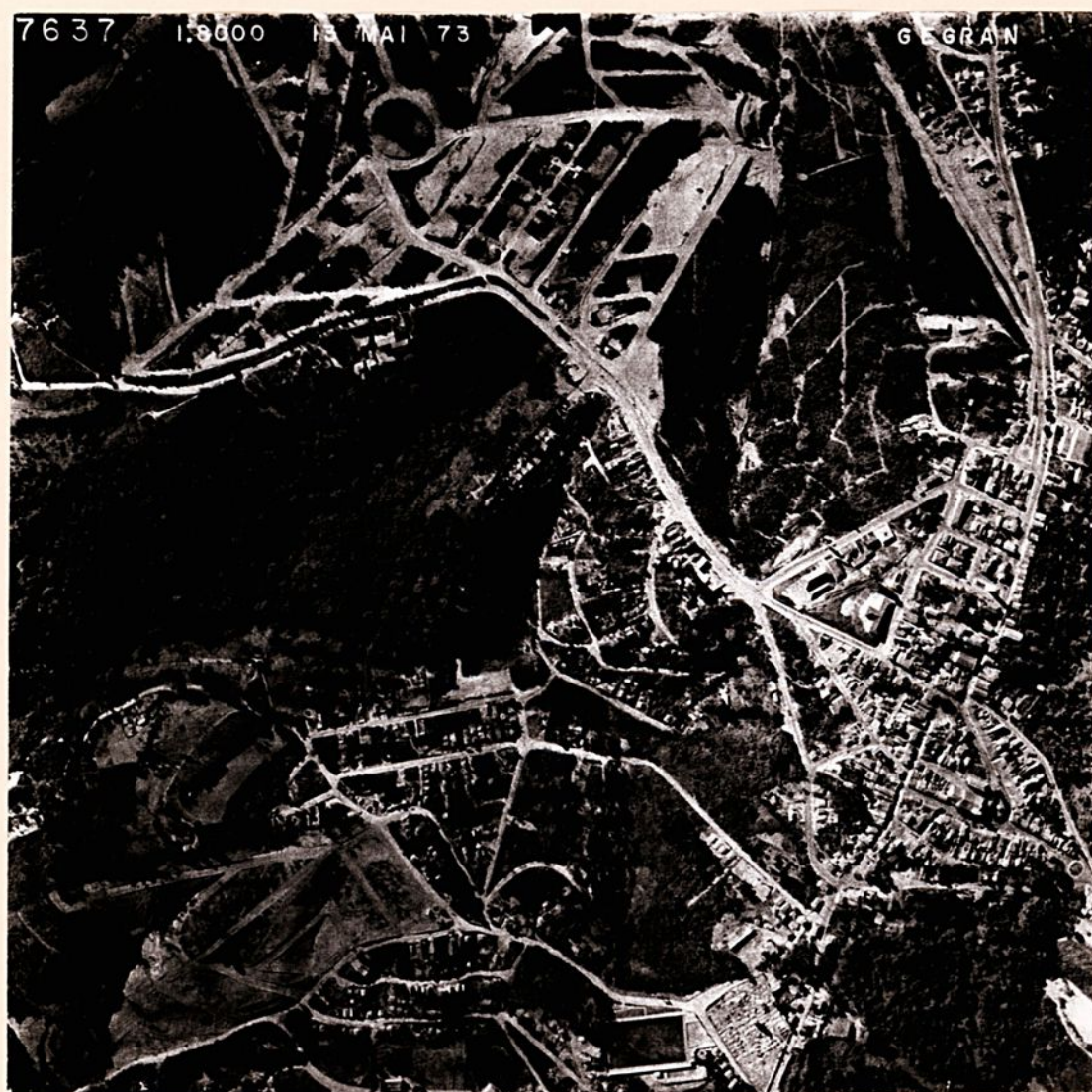


Figura 13: Aeromapa do núcleo central de Itapeverica da Serra/SP, 1973

*Mas foi inútil a minha viagem para visitar a cidade:
obrigada a permanecer imóvel e imutável para facilitar a memorização,
Zora definhou, desfez-se e sumiu.
Foi esquecida pelo mundo.⁴⁶*

⁴⁶ CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 20.



3 – FORMAÇÃO DO NÚCLEO CENTRAL DE ITAPECERICA DA SERRA

A Fenomenologia permite ver, acercar-se do mundo pelos fenômenos, comover-se e encantar-se. Ao perceber-me existindo no ato de ver, eu posso descrever o que vejo, eu posso perceber.

Quando vemos uma paisagem urbana, há sempre um conjunto de elementos visuais envolvidos que nos dão prazer. O arquiteto e urbanista norte-americano Kevin Lynch já nos alertava para esta questão:

*Olhar para as cidades pode dar um prazer especial, por mais comum que possa ser o panorama ... A cada instante há mais do que o olho pode ver, mais que o ouvido pode perceber, um cenário ou uma paisagem esperando para serem explorados. Nada é vivenciado em si mesmo, mas sempre em relação aos seus arredores, às seqüências de elementos que a ele conduzem, à lembrança de experiências passadas ... Cada cidadão tem vastas associações com alguma parte de sua cidade, e a imagem de cada um está impregnada de lembranças e significados.*⁴⁷

Como o fenômeno da percepção acontece numa determinada cultura e a partir do próprio corpo, existem aspectos comuns percebidos entre as pessoas.

*Como obra arquitetônica, a cidade é uma construção no espaço, mas uma construção em grande escala; uma coisa só percebida no decorrer de longos períodos de tempo.*⁴⁸

Nos questionamentos do capítulo anterior a respeito da história do registro pictórico e fotográfico da paisagem urbana brasileira, nas suas formas de representação e técnicas, meu objetivo principal é demonstrar um aspecto já

⁴⁷ LYNCH, Kevin. *A Imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p.1.

⁴⁸ LYNCH, K. Op. cit., p.1.



apontado por Merleau-Ponty na *Fenomenologia da Percepção*⁴⁹: ao perceber um objeto, se a vivência e a experiência deste fizer parte do arquivo mnêmico do percebedor, tendo sido internalizado culturalmente, é possível apreender o que não está sendo visto dentro do campo visual, antecipando esta percepção numa relação mental com o objeto.

A criação da imagem ambiental é um processo bilateral entre observador e observado. O que ele vê está baseado na forma exterior, mas o modo como ele percebe o fenômeno, organizando e dirigindo a sua atenção, permite que o ambiente seja interpretado.

Sendo a Fenomenologia uma abordagem teórica para investigar o fundamento das coisas, o significado que as coisas tem para o homem, permitindo que a realidade possa ser descoberta em plena evidência, conhecer os aspectos da representação da paisagem brasileira tornou-se fundamental, para que no meu trabalho eu tenha, a partir dos meus registros a compreensão de Itapecerica da Serra.

O início do presente estudo foi um trabalho de reconhecimento de Itapecerica da Serra, buscando-se recuperar seu sentido de cidade: pouco a pouco se rememora a cidade que serviu inicialmente como posto avançado de catequese de índios, visando a formação de um núcleo de defesa do Colégio da Companhia de Jesus de São Paulo de Piratininga.

A urbanização de Itapecerica da Serra (SP) deve ser compreendida desde os tempos iniciais de povoamento do estado de São Paulo e do Brasil no século XVI.

São conhecidos como aldeamentos os domínios territoriais estabelecidos pelas ordens religiosas nos séculos XVI e XVII como forma de

⁴⁹ MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p.273-8.



agregação da população indígena e organização da produção, tendo em vista a ocupação e o domínio do território pelos portugueses no início da colonização⁵⁰. Os aldeamentos marcam principalmente a presença dos jesuítas no Planalto de Piratininga.

A igreja dos padres jesuítas constituía a edificação principal do aldeamento, abrindo-se de frente ao terreiro onde circundavam as casas e caracterizaram um padrão de implantação, organização espacial, arquitetura e localização, tendo-se escolhido, em geral, os sítios marginais dos rios paulistas que orientaram a penetração territorial ou sítios situados em terrenos elevados.

Estes estabelecimentos chegaram a formar embriões de vilas e cidades paulistas como é o caso de São Paulo, Moji das Cruzes, Embu e Itapecerica da Serra.

3. 1 – Os subúrbios de São Paulo

A análise da ocupação urbana de Itapecerica da Serra está intimamente ligada à ocupação do sítio urbano de São Paulo e a situação atual da região é decorrente tanto de fatores históricos como físicos.

Cheios de contrastes são os subúrbios paulistanos e sua história. Ali se erguem velhos aglomerados, cujas origens remontam aos séculos coloniais; é o caso de Cotia, Itapecerica da Serra, Santo Amaro, Embu, São Bernardo do Campo, São Miguel Paulista e Guarulhos. Outros, muito pelo contrário, datam de fins do século XIX e até mesmo do século atual como Osasco, Taipas e Perus.

Os grandes vales dos rios Tietê, Tamanduateí e Pinheiros, que caracterizam o sítio urbano da atual metrópole, foram os caminhos ao longo dos quais se instalaram outros núcleos urbanos. O vale do rio Pinheiros, mais distante da então

⁵⁰ AZEVEDO, Aroldo de. As cidades. In: *Brasil: a terra e o homem*. São Paulo: Nacional/Edusp, 1970. vol.2, p.15-7.



São Paulo e que, além de passar por núcleos indígenas e de escravos foragidos, passava perto de importantes fazendas como Cotia e Itapequerica. O processo de metropolização de São Paulo foi caracterizado pelo preenchimento dos espaços vazios que separavam os núcleos existentes ⁵¹ (Figura 14).

Itapequerica da Serra é a passagem de uma das rotas de distribuição para uma vasta região do interior do Estado e sul do país. Devido à sua localização, de fácil acesso a partir de São Paulo através da rodovia federal Régis Bittencourt – BR 116, ou pela estrada de Itapequerica – Santo Amaro – SP 228, com clima agradável e montanhoso, a cidade atraiu nos últimos 20 anos, diversas pessoas que trabalham na cidade de São Paulo a fixarem residência em sítios e loteamentos próximos de seu centro urbano.

Tanto na região de Itapequerica da Serra como na de Cotia, Embu e Embu-Guaçu, foram numerosos os sítios de “recreio” que se multiplicaram, sobretudo a partir de 1930-40. Os paulistanos, residentes na capital, com algumas posses e procurando fugir da atmosfera urbana nos fins de semana, encontraram ali uma paisagem bela e rústica, terras a baixo preço e boas vias de acesso. Os sítios de recreio constituem atualmente um elemento bastante característico da paisagem regional. A preocupação de tornar bonito e agradável o local preside à organização dessas propriedades e ao aproveitamento de suas áreas.

A expansão urbana de São Paulo afetou tanto o incremento populacional do município de Itapequerica da Serra, como contribuiu para sua descaracterização ambiental, devido à extinção de áreas agrícolas e abertura de frentes de parcelamento urbano. Embora esse processo não ocorra especificamente junto ao núcleo central, ocasiona pressões de remodelação urbana, arquitetônica e vivencial do espaço pelo reforço de sua função comercial e de serviços.

⁵¹ PETRONE, Pasquale. *A cidade de São Paulo no século XX*. São Paulo: Nacional, 1958.





Figura 14: Detalhe do mapa *Esta he a carta verdadeira da revolução q houve no Estado de São Paulo no anno de MCMXXXII*. Podemos notar que até então havia um distanciamento geográfico grande entre os diversos municípios que hoje integram a região metropolitana da Grande São Paulo.

A necessidade de adaptação deste mesmo centro à suas condições de entroncamento da rede de transporte de passageiros e de carga tende a alterar sensivelmente as características do assentamento urbano.



Figura 15: Vista de um dos inúmeros sítios de recreio da região de Itapequerica da Serra, explorado comercialmente como pousada e área de lazer para os paulistanos e moradores da região.

3.2 – O quadro natural

À sudoeste da cidade de São Paulo, depois de ultrapassada a várzea do rio Pinheiros e quando cessa o aspecto compacto do casario urbano, inicia-se uma vasta área suburbana que tem na agricultura sua principal atividade econômica. Tratava-se, até por volta dos anos 1950-60, de uma região tipicamente

rural, fora dos limites do município de São Paulo, em que repontam, isolados, pequenos e antigos núcleos de povoamento, cuja população urbana não é muito grande ⁵² (Figura 16).



Figura 16: Vista aérea de Itapeacerica da Serra na década de 1980.

Ao penetrar na região, quer no rumo de Cotia, quer no de Itapeacerica da Serra, atravessa-se inicialmente uma área de colinas semelhantes às da área urbanizada de São Paulo, cujas altitudes oscilam entre as cotas de 750 a 850

⁵² COSTA, Emília Viotti. Cotia e Itapeacerica da Serra: subúrbios agrícolas. In: AZEVEDO, Aroldo de (org.). *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*. São Paulo: Nacional, 1956. v.4, p.115.

metros sobre o nível do mar. Não tarda, porém, que o relevo venha a alterar-se, denunciando a presença de outra época geológica: as altitudes passam a ser de 850 a 900 metros, chegando mesmo, mais para o interior, atingir 1000 metros acima do oceano; a topografia passa a ser bastante movimentada, com desníveis acentuados. Estamos em pleno Planalto Atlântico, com suas rochas cristalinas fortemente trabalhadas pela erosão.

Na região de Itapecerica da Serra, o relevo é muito mais movimentado, sobretudo, quando se penetra em seu sertão.⁵³ São os granitos e gnaisses do Complexo Brasileiro as rochas predominantes, embora também apareçam em áreas restritas (principalmente a sudoeste do município de Itapecerica da Serra), xistos, filitos e calcários da série São Roque, com sinais de fortes diastrofismos. Os granitos são largamente explorados em numerosas pedreiras e as argilas acumuladas nas várzeas fizeram surgir muitas olarias, que a par da paisagem agrária da região, trouxeram novos elementos para o mosaico da produção regional.

As olarias se espalhavam pelo município de Itapecerica, aproveitando o mais possível os depósitos argilosos acumulados nas várzeas. Criavam uma paisagem típica em que se destacavam as construções alongadas, os grandes fornos e suas chaminés, as infindáveis pilhas de tijolos secando ao sol nos terrenos, as amassadeiras e os barreiros em exploração ou já abandonados. Em sua maior parte a produção se destinava à capital, para onde era transportada em caminhões.

A técnica utilizada, como acontece em outras áreas suburbanas, é bastante rudimentar.⁵⁴ Mas, atualmente, de cerca de 200 olarias que existiram na região, menos de 15% permanecem em atividade (**Figura 17**).

⁵³ COSTA, E. V. Op. cit., p. 120.

⁵⁴ BONINA, Celi. *As olarias de Itapecerica da Serra (SP)*. Relatório final de bolsa de Iniciação Científica. São Paulo: CNPq, 1989.





Figura 17: Olaria da chácara Ashihara. Fotografia realizada no dia 05/08/1997. Está desativada.

Na região, a Mata Atlântica ainda aparece em sua virgindade original, sobretudo na área próxima da Serra do Mar, mas a devastação das matas também ali foi intensa, notadamente nas décadas de 1940-50, embora continue ainda hoje (**Figura 18**). Foi, sobretudo durante a última Grande Guerra que a devastação das matas teve início, pois a falta de combustíveis minerais e o uso generalizado do gasogênio ocasionaram uma ativa extração de lenha e a produção do carvão vegetal em larga escala.

Cessada aquela época de crise, prosseguiu a devastação a fim de satisfazer a fome de combustível e de madeira para construção da metrópole em ininterrupto crescimento. A mesma necessidade acabou por introduzir um novo

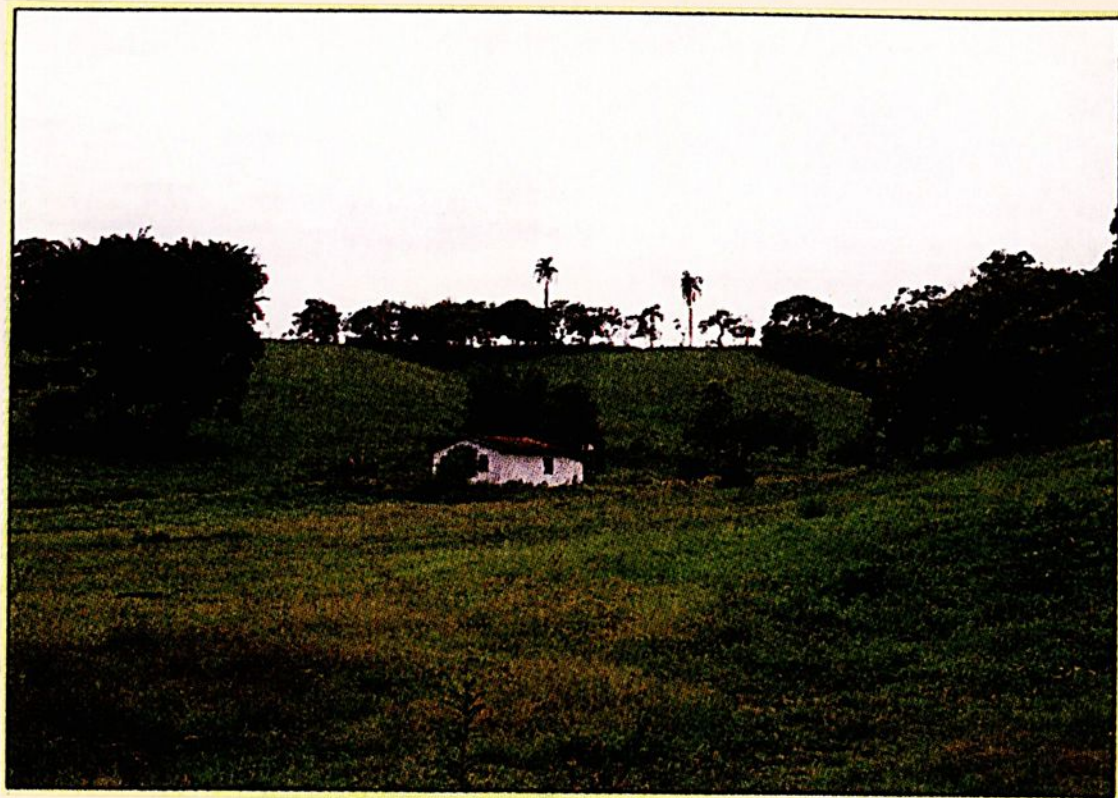


Figura 18: Paisagem rural de Itapecerica da Serra. Nota-se aqui vestígios da presença da vegetação original da Mata Atlântica.

elemento à paisagem - os eucaliptais, hoje bastante comuns na região. No conjunto, porém, a predominância cabe às matas secundárias e aos capoeirões que ainda restam, sobretudo nas encostas mais abruptas das vizinhanças do núcleo de Itapecerica (**Figura 19**).

Os eucaliptais destacam-se pela regularidade, simetria e monotonia de suas linhas, constituindo extensos quadrados ou retângulos sempre verdes, em contraste com a irregularidade e os diferentes tons das capoeiras e matas secundárias (**Figura 20**).



Figura 19: Eucaliptais nas encostas. Fotografia tirada da torre da igreja matriz na década de 1990. Este cenário permanece até hoje.

Surgem nos topos das colinas ou nas encostas mais abruptas, em áreas de cultivo difícil ou de baixa produtividade. Alguns foram plantados com o simples escopo de reflorestamento, mas é a finalidade comercial que predomina, dados seu rápido crescimento, crescente produtividade e não exigência de cuidados especiais. O primeiro corte tem lugar de 04 a 06 anos após o plantio.

Em Itapequerica da Serra, apenas cerca de 9% do território municipal é cultivado, predominando os sítios de recreio, as culturas do tipo caipira e as atividades ligadas à exploração das matas e capoeirões (extração de madeira e lenha, fabricação de carvão).

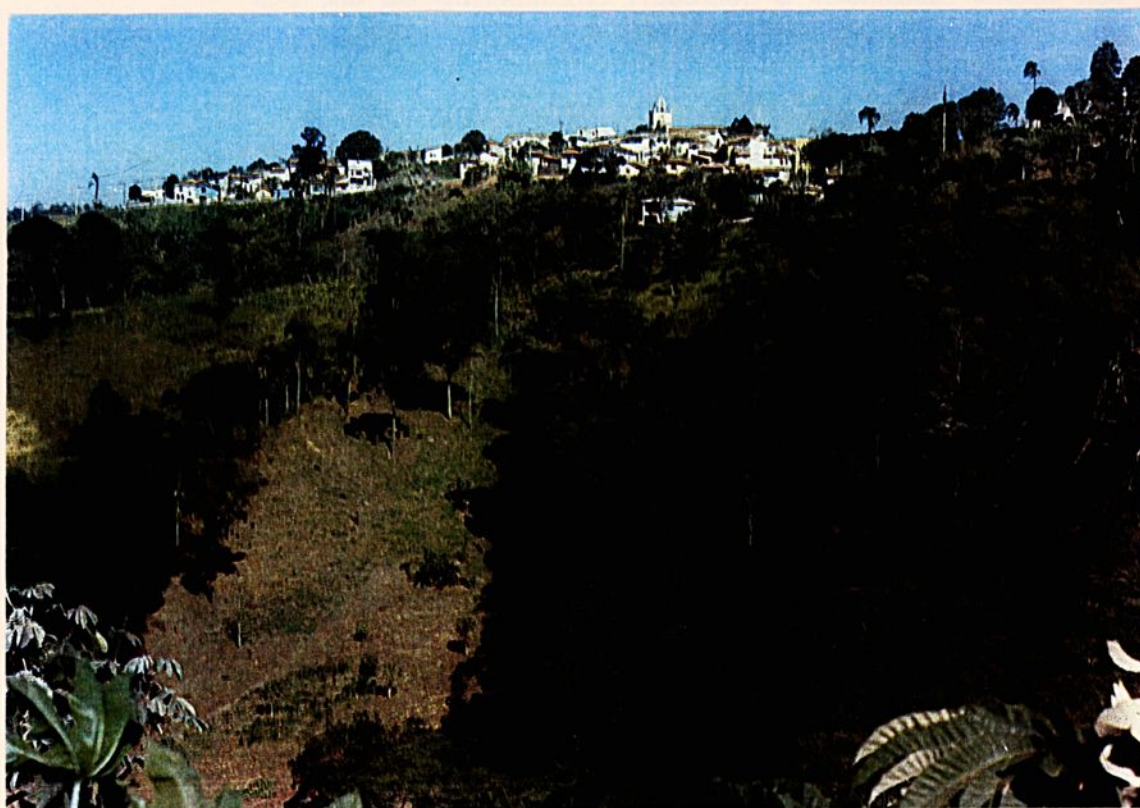


Figura 20: Fotografia de uma das encostas da colina central, década de 1990. A mata secundária está repleta de vazios que hoje estão sendo preenchidos por construções irregulares dada a impossibilidade do cultivo nesse tipo de terreno, além da proximidade com o núcleo central da cidade.

Muitos fatores concorreram para que a região fosse dominada pela vida agrícola. Além das condições naturais, até certo ponto favoráveis, cumpre salientar desde logo a presença próxima de um insaciável mercado consumidor – o da capital paulista, à qual essa área suburbana se vê ligada por boas estradas de rodagem.

3.3 – Remontando o passado

A paisagem regional que procurei descrever naquilo que apresenta de essencial, assim como as atividades que a modelou, constitui fatos recentes, que se superpuseram a um passado de raízes no período colonial.

Em fins do Quinhentismo (1580-90), o colonizador branco não ousara ir além do atual bairro de Pinheiros, na capital paulista, e de Carapicuíba salvo em incursões esporádicas; a região em estudo achava-se sob o domínio dos índios Guaianás, ou seja, Itapecerica da Serra formou-se como aldeamento do século XVII em domínio territorial destes índios.

Os índios que habitavam o território paulista não eram tão nômades quanto parece. Sabe-se que não viviam exclusivamente de caça e pesca. Possuíam já uma agricultura que os fixava a um determinado território. Viviam em aldeias fortificadas. Seguiam caminhos certos e sempre os mesmos, caminhos esses que existem até hoje trilhados pelas ferrovias e estradas. *No planalto, tendo como centro Piratininga, imperava o Guaianá. Suas fronteiras não iam, ao norte, além do divisor Tietê-Paraíba.*⁵⁵

A origem de Itapecerica da Serra, divulgada inclusive pela Prefeitura Municipal até a década de 1980, dava a seguinte versão histórica: em julho de 1562, por força de um levante armado, que culminou em ataque ao colégio de Piratininga pelos índios, os padres da Companhia de Jesus viram-se na contingência de fazer instalar uma defesa avançada através da criação de núcleos de índios catequizados em pontos estratégicos para a melhor defesa do planalto.

Entre agosto e setembro do mesmo ano, foram instalados os postos avançados de Carapicuíba, Embu, Itapecerica, Guarulhos, São Miguel e outros. Desta forma, Itapecerica da Serra foi um aldeamento indígena fundado pelos padres da Companhia de Jesus, aproximadamente em 3 de setembro de 1562, ou seja, sua origem estaria no século XVI.

Esta afirmação deve-se ao coronel Luiz Tenório de Brito, ex-prefeito do município que na década de 1930, mesmo não tendo formação

⁵⁵ MORAIS, Rubens Borba de. Contribuições para a história do povoamento em São Paulo até fins do século XVIII. *Boletim Geográfico*, nº 30, 1945. p.821.



acadêmica em História, realizou as primeiras buscas das fontes históricas, publicando-as em artigos de jornais e periódicos da época. Continuando este trabalho de busca de fontes, Benevides Beraldo, paulista natural de Amparo (SP) e depois morador de Itapequerica, também reforça estas informações e publica diversos artigos e crônicas no jornal local a partir de 1956 até 1986, ano de sua morte.⁵⁶

O primeiro historiador que irá realizar uma produção consistente e apoiada em pesquisa documental sólida é José Silveira da Motta, que a partir da década de 1970 até o seu falecimento em 1993 recolhe documentos e escreve estudos sobre a cidade.⁵⁷

Convém esclarecer também que a referida afirmação do coronel Luiz Tenório foi feita a partir de dedução e não baseada em uma documentação histórica. Atualmente todas as afirmações sobre a história de Itapequerica concordam que o nome da localidade só aparece no século XVII pela primeira vez nos escritos do padre Manoel da Fonseca de 1752, intitulado *A vida do venerável padre Belchior de Pontes*, que relata a vida do religioso jesuíta natural da região de Itapequerica.

A distribuição espacial destes aldeamentos chegou a configurar uma rede cujos elementos físicos estruturais foram os rios que permitiram acesso à penetração colonizadora. A localização de Itapequerica parece ter orientado a passagem à região sudoeste do Planalto de Piratininga, conhecida como *sertões de Itapequerica*.

Esta revisão histórica levou-me a concordar, e aceitar como correta, a versão de que o aldeamento foi organizado pelos jesuítas no século XVII,

⁵⁶ CORRÊA, Dora Shellard. *Aldeamento de Itapequerica: de fins do século XVII até 1882*. Itapequerica da Serra (SP): Estação Liberdade, 1999. p.9.

⁵⁷ CORRÊA, D. S. Op. cit., p.10.



possivelmente por volta do ano de 1689, em terras que abriam para o sertão, atrasando em 127 anos o aparecimento da cidade. Porém, poucas fontes restam, particularmente do período da administração jesuítica. Não se encontram documentos dando conta da origem de suas terras ou da data oficial da sua fundação, nem de seu fundador.

Esta afirmação é reforçada por Pasquale Petrone, professor e historiador da USP, que em seu livro *Aldeamentos paulistas*⁵⁸ mostra um mapa da capitania de São Vicente entre 1533 e 1597, onde não se encontra referência a Itapecerica nesse momento.

A história de Itapecerica está ligada às das aldeias de Embu (ex Mboy) e Carapicuíba, citadas também já em 1752 pelo padre Manuel da Fonseca, e ao padre Belchior de Pontes, que nasceu no bairro de Pirajuçara, localizado entre Itapecerica e São Paulo, em 1644, e morreu em 1719. Como jesuíta ele esteve nas citadas aldeias em serviços catequético e cultural.

Bartolomeu Quadros teria sido um dos primeiros a ali se afazendar, estabelecendo-se na região de Cotia, ao findar o século XVI. Outros lhe seguiram o exemplo e não tardou que novas fazendas surgissem, cultivando, dentro da rudimentar técnica indígena e sob forma de agricultura itinerante, a mandioca, o feijão, a cana-de-açúcar, o milho, o trigo, o arroz, algodão, legumes e instalando algumas casas de farinha (**Figura 21**) e modestos engenhos de açúcar.⁵⁹

Assim, tudo começou ao redor da capela de Nossa Senhora dos Prazeres, citada já como orago em 1689. A organização mais definitiva da aldeia de Itapecerica se dá com a transferência de índios de Carapicuíba para lá, administrados por Afonso Sardinha.

⁵⁸ PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: Edusp, 1995.

⁵⁹ SAMPAIO, Teodoro. São Paulo de Piratininga nos fins do século XVI. *Revista do Instituto Geográfico de São Paulo*, s.d. v.4, p.214.



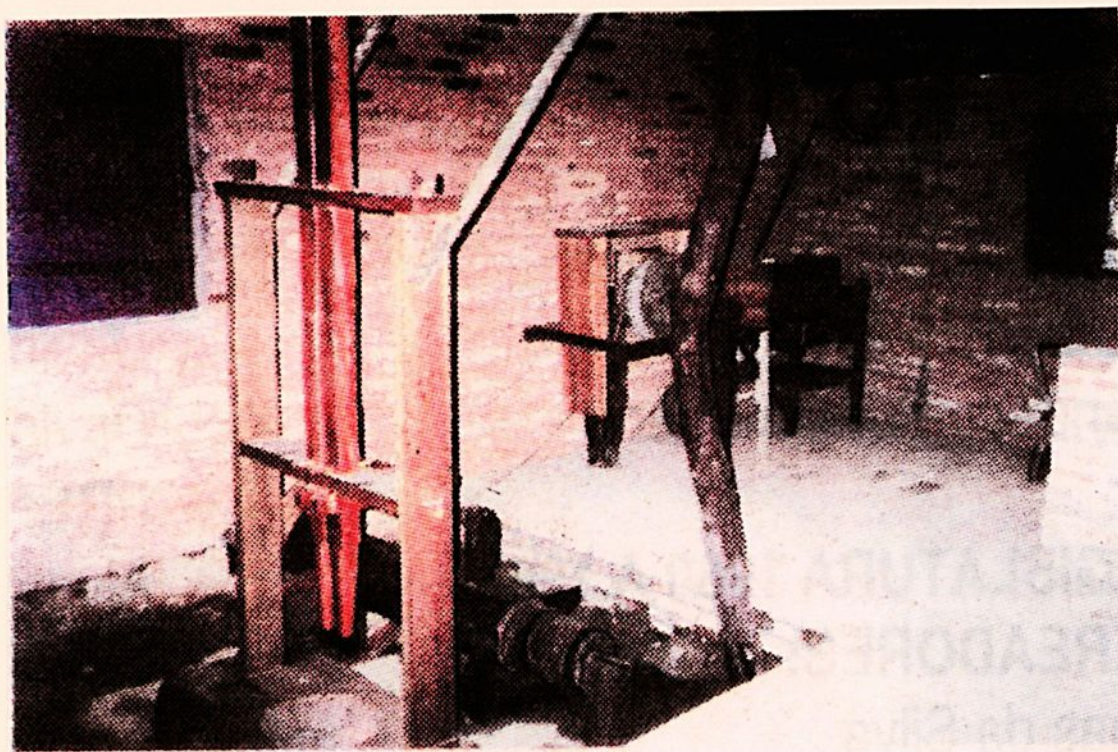


Figura 21: Antiga casa de farinha em uma propriedade rural, explorada atualmente como atração turística.

A exemplo dos demais aldeamentos empreendidos pela ordem religiosa dos jesuítas no Planalto de Piratininga, em Itapequerica da Serra se estabeleceu um povoado de servidão indígena, como forma de domínio sobre o território pelo colonizador português. O núcleo foi consideravelmente aumentado com a vinda da maior parte dos indígenas trazidos por Afonso Sardinha e doutrinados pelo padre Belchior de Pontes.

Segundo a tradição, consta que os primeiros padres jesuítas que para o local se dirigiram, não se conformando com a topografia do terreno onde existia o aldeamento indígena – no alto de uma colina – onde fora construída uma capela, pretenderam mudá-la para um local mais conveniente. Assim o fizeram, construindo

uma capela a pouco mais de um quilometro da antiga aldeia, para onde foi transferida a imagem de Nossa Senhora dos Prazeres (Figura 22), padroeira da aldeia.

Figura 22: Imagem de N. Sra. dos Prazeres trazida para a região de Itapeceira da Serra pelos padres jesuítas entre o final do séc.XVI e início do século XVII. A devoção à Virgem Maria com o título de N. Sra dos Prazeres é muito antiga e teve a sua origem em Portugal, depois de uma aparição no séc. XVI. Foi assim chamada para recordar as sete alegrias que teve: anunciação; a visita de sua prima Isabel; o nascimento de Jesus; o encontro com o menino no Templo; a ressurreição de Jesus; a vinda do Espírito Santo e sua Assunção aos céus e a coroação como Rainha Céu.



Aconteceu, porém, que a imagem da padroeira, certa manhã, encontrava-se novamente no altar da antiga capela e, para justificar o mistério da mudança, os indígenas informaram aos jesuítas que a santa, não podendo acostumar-se com a nova residência, havia voltado para a velha capela. Assim fizeram: construíram uma outra capela com paredes de terra socada (taipa), no lugar

denominado Pinhal, pouco mais de um quilômetro da aldeia e situada ao pé da mesma, para onde foi transferida a imagem da padroeira da aldeia.

Pode-se avaliar a importância do aldeamento de Itapecerica, por ter atraído a transferência do aldeamento de Carapicuíba, empresa esta sem sucesso. Não se têm notícias da consolidação do estabelecimento jesuítico após a expulsão desta ordem religiosa do Brasil no século XVIII. Ao que parece, permaneceu como um povoado caipira, aberto à mestiçagem do elemento indígena como o português e isolado das áreas de maior desenvolvimento.

No decorrer dos séculos XVII e XVIII, quando houve uma relativa estagnação de Itapecerica, prosperavam os núcleos de Moji das Cruzes e Santana do Parnaíba, respectivamente a leste e noroeste do Planalto de Piratininga.⁶⁰

Até o início do século XIX, a cidade de Itapecerica da Serra praticamente manteve sua ocupação original. O passado indígena deixou poucos sinais, pois na época da chegada dos imigrantes alemães (1828) custeados pelo governo imperial, muitos índios já haviam emigrados do aldeamento, enquanto que os aqui estavam eram fisicamente miscigenados e socialmente assimilados.

Itapecerica era apenas um núcleo onde se instalou uma economia rudimentar, constituindo uma espécie de apêndice das propriedades rurais. A grande disponibilidade de terras, a policultura de subsistência nas chácaras, o emprego da mão-de-obra escrava indígena e negra em todo tipo de serviço (lavoura, serviços domésticos, transportes), tudo parecia contribuir para a dispersão econômica e social. O núcleo da colina praticamente não tinha vida urbana, pois quase todas as atividades se continham nos limites das propriedades rurais.

Em torno da igreja paroquial e de um pequeno comércio, a venda de secos e molhados e a loja de roupas e tecidos, o núcleo se constituía. A quase

⁶⁰ CORRÊA, D. S. Op. cit., p.77.

totalidade dos moradores era de lavradores que viviam normalmente dispersos na vizinhança, às vezes até muito afastados, que só vinham aos domingos e dias de festa. De população fixa, contava apenas com raros comerciantes e excepcionalmente com algum artífice.

A vida na zona rural, por sua vez, favorecia o estabelecimento de moradia permanente: um dos problemas da vida urbana era o abastecimento, e soluções satisfatórias somente eram conseguidas nas propriedades rurais, onde, através do trabalho escravo, era desenvolvido o cultivo de alimentos, a criação de aves e porcos, contando com a presença de cursos d'água.

Itapecerica da Serra era uma das rotas de distribuição para uma vasta região do interior do Estado, principalmente por sua localização. Devido as constantes enchentes dos rios da cidade de São Paulo, os transportes fluviais ficavam afetados. As vias terrestres, ao contrário, possibilitavam melhor uso e por isso, foram se ampliando e ganhando melhores condições, principalmente depois dos três primeiros séculos, quando São Paulo se tornou um entreposto comercial.

Os caminhos terrestres foram os mais conseqüentes, ampliando o povoamento progressivamente. O sistema viário repercutiu diretamente na organização do espaço nos arredores de São Paulo.

Com o desenvolvimento da cultura cafeeira no estado de São Paulo, surgiu a necessidade de um sistema para sua comercialização e produção. Assim, São Paulo passou a ser o grande mercado de distribuição de produtos e mão-de-obra, e a cidade começou a se expandir, fixando o traçado das grandes artérias atuais e Itapecerica tornou-se via em direção à região sudoeste.

A pressão exercida pela Inglaterra na questão da extinção do tráfico de negros não era a única dificuldade enfrentada pelos cafeicultores, que se tornavam cada vez mais dependentes dos créditos bancários para conseguirem pagar o elevado

preço do braço escravo. Além disso, o fato de alguns fazendeiros entenderem que a completa abolição da escravatura tornar-se-ia a qualquer momento uma realidade, fez com que eles comesçassem a agir no sentido de promover a importação de mão-de-obra livre e assalariada.

Assim sendo, ao lado de iniciativas privadas, o governo provincial e central também se posicionava na tentativa de subvencionar este empreendimento: os primeiros atos relativos a uma colonização de caráter oficial em São Paulo datam de 1828, com a formação de um núcleo colonial alemão em Itapecerica da Serra. Com isso, a produção agrícola de Itapecerica passou a ser incrementada pela colonização alemã, produção essa que se firmou na segunda metade do século XIX, com o crescimento urbano de São Paulo, de base econômica cafeeira.

A chegada destes imigrantes para formarem a Colônia Alemã de Itapecerica marca a recolonização do espaço e demarca uma nova fundação, muito mais ligada ao presente.

A cidade viu sua lavoura progredir e expandir; o aldeamento indígena foi transformado em colônia, através do Aviso do Ministério do Império de 08 de novembro daquele mesmo ano. Esses imigrantes localizaram-se nos arredores do povoado de Itapecerica, em pequenas propriedades rurais, sendo que ainda existem descendentes das famílias alemãs, embora não conservando a linguagem e seus costumes, associaram-se aos dos habitantes da região.

Seguindo o fluxo da imigração japonesa e italiana no final do século XIX e início do século XX, ocorrido nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, também em Itapecerica temos a formação de núcleos japoneses e italianos em bairros rurais do município.

Desde a abolição da escravatura em 1888, o Brasil vinha passando por importantes transformações econômicas, sociais e políticas, mas foi somente após 1930 que se deu a mais profunda mudança com a derrubada da oligarquia cafeeira e



a garantia de uma legislação de trabalho aplicável somente às áreas urbanas (na verdade, apenas às grandes cidades), que possibilitou ao trabalhador urbano um padrão de vida mais elevado do que o do trabalhador rural e foi motivo, bastante forte, para que uma crescente parte da população do campo se deslocasse para as cidades.

Aliada a este fato, a decisão do governo de restringir a entrada de estrangeiros no país, fez com que a imigração estrangeira fosse substituída pela migração interna. Direta ou indiretamente, foi devido ao crescimento industrial que São Paulo viu multiplicar a sua população até tornar-se o maior parque industrial da América Latina e provocar a urbanização e suburbanização da área gigantesca de hoje e dos municípios vizinhos.

O ritmo de crescimento da cidade de São Paulo transpareceu na forma da ocupação do solo e nas condições de vida da população. A terra alcançou preços elevadíssimos e a especulação imobiliária se fez, mais do que nunca, presente. A porção da cidade já urbanizada conheceu uma acentuada compactação; os loteamentos aí compreendidos passaram a ser intensamente edificadas. O crescimento vertical foi e permanece intenso em várias partes da cidade, ameaçando as cidades vizinhas.

As auto-estradas passam a funcionar como agentes da expansão suburbana, impulsionando a industrialização de suas margens. As indústrias que antes se concentravam entre as estações ferroviárias da Lapa e Ipiranga tomam o rumo da periferia da cidade ou dos municípios limítrofes servidos pelas principais estradas de rodagem.

Nos últimos anos, a cidade passou a abrigar o migrante das regiões Norte e Nordeste do país que mudou para a região Sul a procura de melhores oportunidades de trabalho, formando uma mão-de-obra com pouca ou nenhuma qualificação e com configurações culturais diversas.



Acompanhando seu desenvolvimento econômico e social, em 20 de fevereiro de 1841, Itapecerica foi elevada à categoria de Freguesia. Através da Lei Provincial nº33 de 1877, foi criado o município de Itapecerica, desmembrando-se de Santo Amaro, ocasião em que foi instalada a primeira Câmara Municipal em 11 de novembro do mesmo ano. Em 19 de dezembro de 1906, através da Lei Estadual nº1.308, Itapecerica foi elevada à categoria de cidade. Foram criados os distritos de Embu (1880) e Juquitiba (1907). Através do Decreto-Lei Estadual nº 14.335 de 30 de novembro de 1944, o município passou a denominar-se Itapecerica da Serra, devendo-se este fato à existência de cidade homônima no Estado de Minas Gerais. Em 1959, foi criada a Comarca de Itapecerica da Serra que, além de sede, é atualmente composta pelos Municípios de Embu, Embu-Guaçu, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra e Juquitiba.

3.4 – O sítio urbano

Quando se estuda uma cidade, constata-se freqüentemente a existência de um sítio urbano primitivo ou original, que corresponde ao seu núcleo de origem, e do sítio urbano atual, que abrange a área sobre a qual o aglomerado se encontra efetivamente assentado nos dias que correm.

Tal fato torna-se bastante evidente nas cidades que tiveram um começo modesto e cresceram com o tempo, de maneira lenta umas, mais rapidamente outras, ultrapassando os limites da área original.

Embora as cidades estejam sempre subordinadas às características de seu sítio (que preside à própria estrutura urbana e condiciona sua expansão), não resta a menor dúvida de que à medida que se avança no tempo e a técnica se aperfeiçoa, o homem depende cada vez menos do sítio urbano. Mais ainda: os elementos do sítio contribuem poderosamente para a fixação de um aglomerado.





Figura 23: Fotografia panorâmica de vista da cidade de São Paulo a partir do centro de Itapequerica da Serra, abril / 2002.

Distante apenas 33 km do centro de São Paulo, a uma altitude de 920 metros acima do nível do mar, com um clima tropical de altitude e temperatura média de 20°, Itapequerica da Serra está edificada sobre uma colina de formação rochosa, a qual deu origem ao nome da cidade (língua guarani: *ita* = pedra e *pecerica* = lisa, escorregadia).

Conta a lenda que dois índios passavam pelo caminho do Quara (Figura 24), quando um deles escorregou dizendo *ita* (pedra) e o outro completou *pecerica* (lisa). Como a cidade está construída sobre pedras, denominaram-na com esse nome.

Ocupa uma área de 151,8 km². Tem ao norte o município de Embu, a Leste São Paulo (limitando-se com o bairro de Santo Amaro), a sul Embu-Guaçu e São Lourenço da Serra e a oeste Cotia.

Figura 24: Pedra desbastada do afloramento existente na rua Henrique Sóter Fernandes, conhecido como Caminho do Quara.



A formação do núcleo urbano de Itapecerica da Serra se deu sobre a estrutura do antigo aldeamento; conservou a implantação do sítio em acrópole (**Figura 25**) e o largo com o qual se defronta a atual igreja, edificada no mesmo local da antiga capela de Nossa Senhora dos Prazeres. São bem conhecidos os exemplos de velhas cidades da região do Mediterrâneo (Mecenas, Siracusa, Atenas, Roma e tantas outras), que permaneceram durante longos anos encarrapitadas no topo de elevações, num inteligente aproveitamento da topografia.

A preocupação da defesa contra o ataque de inimigos, que poderiam ser os índios hostis, mas também o invasor estrangeiro, foi o que fez com que os primeiros aglomerados urbanos brasileiros começassem pelos morros e só mais tarde descessem à planície.⁶¹



Figura 25: Colina central de Itapequerica da Serra com igreja matriz no topo, ao centro da imagem. Década de 1990.

Afora a sua localização, não tem nada a ver com a capela construída pelos jesuítas no início do aldeamento. A construção da edificação atual iniciou-se em meados do século XIX, sobre os escombros de uma capela colonial feita

⁶¹ MARX, Murillo. *Cidade brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1980. p.20.

em taipa, tendo sido finalizada por volta de 1888. Posteriormente, ela foi reformada diversas vezes.⁶²

Figura 26: Início da reforma realizada recentemente na igreja matriz (abril/maio de 2002). As obras foram apenas no reboco da parte externa e na pintura. Também foi retirado o cruzeiro de acrílico azul e branco que aparece no lado esquerdo da fotografia.



⁶² ARROYO, Leonardo & DANON, D. *Memória e tempo das igrejas de São Paulo*. São Paulo: Cia. Editora Nacional/Edusp, 1971. p.53.

A configuração do espaço e do uso da cidade estava diretamente vinculada ao seu sistema social e econômico de vida. As ruas e praça principal eram ocupadas pelas residências urbanas dos fazendeiros, e as ladeiras de acesso à cidade eram constituídas pelas casas pertencentes às pessoas menos abastadas.

A ocupação do solo era empírica e as ruas deixavam-se modelar pela sinuosidade do terreno, sendo definidas ou delimitadas pelas construções, dispostas segundo o capricho de seus donos.

Assim, a ocupação do solo se deu de acordo com o tradicional estilo português de conformação de núcleos urbanos: ocupação das áreas ao redor das capelas primitivas.

3.5 – Traçado urbano

O sítio urbano, assentado sobre a colina, se desenvolvia mais no sentido de ocupação que de organização. O traçado era determinado pela topografia e a construção da capela ou da igreja era imediata. Se concluída ou não, pouco importava, pois o símbolo da posse era obrigatório. A desconcentração dos edifícios dos poderes favorecia a colocação da igreja no traçado urbano, pois é a partir desta construção que irradiava o traçado da cidade. A topografia determina o traçado das ruas e, a igreja, a importância destas.

A posição física do templo vai determinar no seu exterior a praça, o largo ou o terreiro. Dependendo das curvas de níveis dos terrenos pode-se determinar um quadrado, um retângulo ou trapézio (**Figura 27**). Ali se desenvolveram atividades comerciais, sociais e, principalmente, aquelas que continuavam os atos religiosos como as festas religiosas e procissões.⁶³

⁶³ TIRAPELI, Percival. *A construção religiosa no contexto urbano do Vale do Paraíba – Estado de São Paulo*. São Paulo: ECA/USP, 1983. (Dissertação de Mestrado), p. 32.



Para que os centros urbanos se organizassem, mais de três séculos se passaram. De início, os edifícios religiosos se limitavam à igreja ou capela. Os jesuítas tinham seu programa fundamentado na organização urbana: o edifício em si, a parte externa da frente, reservado para apresentações; a parte externa dos fundos, ao pomar e horta.⁶⁴



Figura 27: Fotografia aérea do núcleo central de Itapecerica da Serra realizada na década de 1990. Nota-se a forma trapezoidal do terreno do largo da matriz, bem como nas quadras das imediações da igreja.

Em Itapecerica da Serra evidencia-se o posicionamento do terreno. Na parte da frente voltada para o principal acesso da cidade – a Estrada de

⁶⁴ COSTA, Lúcio. A arquitetura jesuítica no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 26, p.105-169, 1997.

Itapecerica (**Figura 28**) –, está a entrada da igreja com um patamar para as festividades e enquadrando a praça, as casas.

A expansão do traçado urbano, em ruas e vielas estreitas confinadas no topo da colina histórica, ocorreu ao longo do século XIX. A transposição da colina já data do século XX.



Figura 28: Rotatória do acesso da cidade pela Estrada de Itapecerica - Santo Amaro, que liga a cidade com a região sul de São Paulo.

Atualmente, três praças principais se destacam no aglomerado urbano: o Largo da Matriz, com a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, a Câmara Municipal (antiga cadeia pública) e antigas residências transformadas hoje, na sua maioria, em estabelecimentos comerciais; a Praça João Pessoa, onde se concentram bares, estabelecimentos comerciais e bancários e por fim, a Praça 15 de novembro

que concentra edifícios de uso do poder público (sede da Prefeitura Municipal, Biblioteca Pública, Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente).

As ruas Luiz Gama, Major Teles, Ladeira Capitão Moraes e Avenida 15 de novembro ligam essas três praças e concentram toda a vida comercial da cidade (as lojas, os armazéns, escritórios, lanchonetes), além de possuir algumas residências.

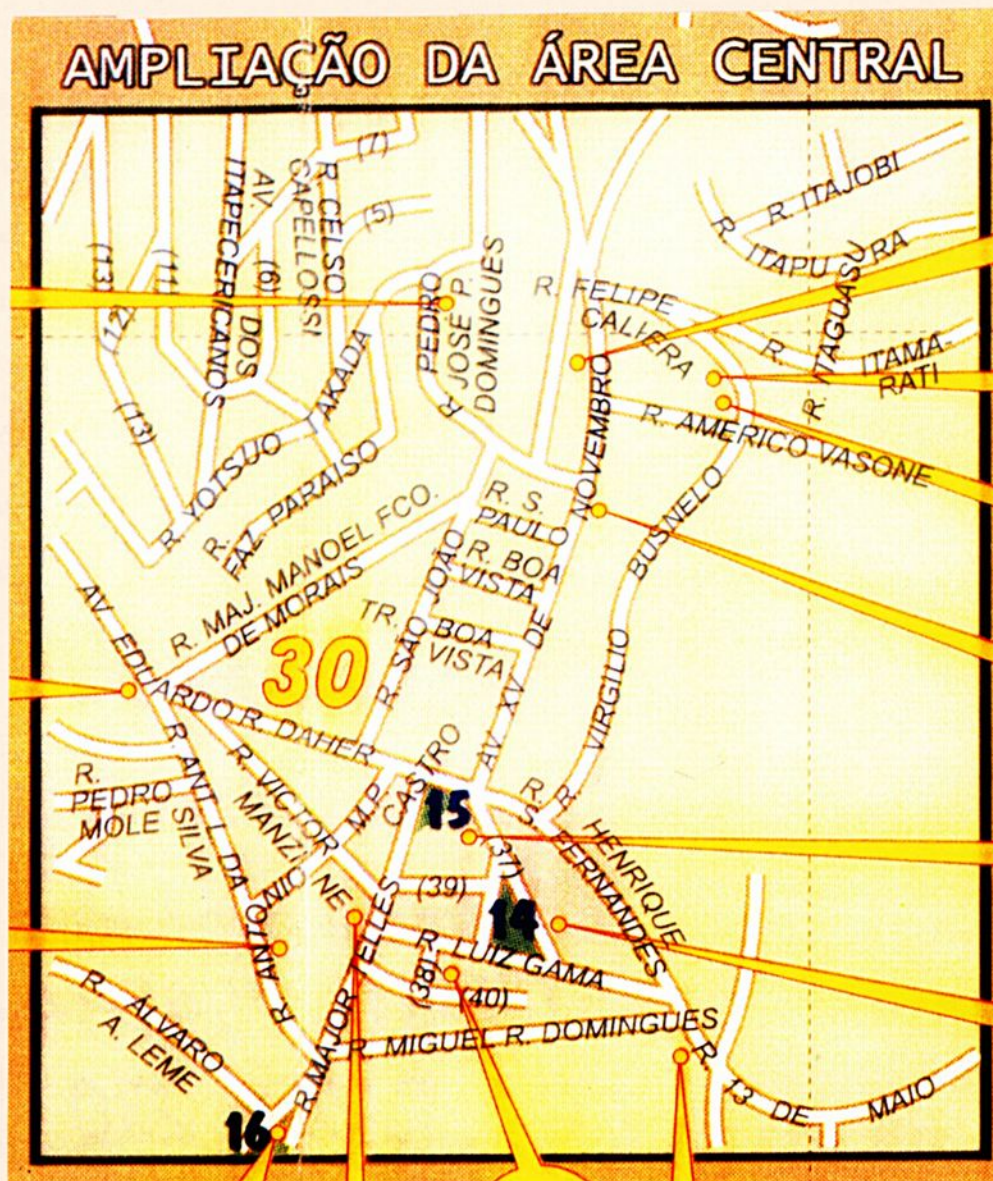


Figura 29: Mapa da região central de Itapeverica da Serra. Fonte: H.R.R. Publicações Cartográficas – Curitiba/PR, 2001.

3.6 – As edificações

São considerados exemplares da arquitetura civil urbana as edificações públicas ou privadas que podem ocorrer isoladamente, formando conjuntos, ou ainda, compondo um núcleo urbano. Considera-se como parte integrante do significado histórico desta arquitetura os elementos naturais e construídos que caracterizam a conformação do ambiente urbano.

O reconhecimento e a classificação dos objetos da arquitetura civil urbana estão intimamente associados à atribuição do significado histórico. Este compreende a identificação da arquitetura e da urbanização com os períodos que caracterizam o processo de desenvolvimento das relações econômicas, sociais e políticas.

A leitura da cidade, nestes termos, permite a recomposição da sua história, através da interpretação dos significados acumulados nos exemplares da arquitetura civil urbana, a qual é fundamentada na análise dos fatores de organização e estruturação espaciais de forma associada aos fatores locais.

*Como documento histórico, a arquitetura reflete as condições e os valores de vida de uma sociedade. O estudo e a valorização dessa arquitetura como testemunho vivo de uma época e de um lugar são passos para a luta pela sua preservação como patrimônio cultural regional.*⁶⁵

Itapeçerica da Serra, assim como diversos núcleos urbanos remanescentes dos séculos XVII e XVIII, apresentam construções despojadas e rústicas, o que denota a precariedade de recursos e o isolamento de uma sociedade empenhada na exploração e conquista do território, onde se insere a convivência estreita com o índio.

⁶⁵ MUNIZ, Maria Izabel Perini. *Arquitetura rural do século XIX no Espírito Santo*. Vitória: Aracruz Celulose, 1989. p.25.

Tais condições se refletem nos materiais de construção, na técnica construtiva, bem como na ornamentação escultórica e pictórica, distanciada da criação erudita dos europeus e forjada nas condições inerentes ao ambiente colonial dos primeiros séculos.

É nos arredores da Igreja Matriz e, principalmente na rua Luiz Gama (Figura 30) e na rua 13 de Maio, em ladeira, que se prolonga pela estrada que vai a Santo Amaro que se encontra o trecho mais antigo do aglomerado, bem retratado nos tipos de habitações, com poucos exemplares remanescentes de taipa, outros com longos beirais e algumas janelas de rótulas, geralmente pintadas de cores suaves e quase sempre barradas num tom mais escuro, um metro ou pouco mais acima do solo.



Figura 30: Trecho da rua Luiz Gama no sentido para a rua Major Teles, década de 1990.

Em Itapecerica da Serra, o casario alinhado ao longo das ruas e fechando o contorno da praça da Matriz é predominantemente do início do século XIX. São casinhas baixas e espremidas, sem recuos frontais e laterais, com alternância de telhados de cumeeira paralela ao meio-fio.



Figura 31: Alinhamento do casario da rua Luiz Gama em frente ao largo da Matriz. Fotografia da década de 1990.

Encontramos também estas mesmas residências já reformadas e adaptadas aos padrões arquitetônicos do fim do século XIX, com platibandas alteando as fachadas e eliminando os beirais. Data desta época o início da utilização das calhas para recolhimento das águas da chuva (**Figuras 30 e 31**).

Poucas residências nas ruas secundárias já apresentam terrenos mais amplos, algumas com recuos laterais onde floresceram outrora pomares e

jardins. As salas, levantadas do passeio pela existência de porões, se abrem para varandas laterais voltadas para esses jardins.

Estes casarões ostentam ainda a característica repetição simétrica de portas e janelões, conservando freqüentemente amplos beirais debruçados sobre as calçadas estreitas, embora ao final do século XIX já se utilizassem platibandas. A cobertura em geral é de duas águas, reminiscência das casinhas ancestrais (**Figuras 30 e 31**).

Tais características urbanas e arquitetônicas, historicamente significativas, vêm se sujeitando a constantes alterações e depredações que ameaçam a sua preservação.



*As cidades, como os sonhos,
são construídas por desejos e medos,
ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto,
que as suas regras sejam absurdas,
as suas perspectivas enganosas,
e que todas as coisas escondam uma outra coisa.*⁶⁶

⁶⁶ CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 44.



4. VIVÊNCIAS, TRANSFORMAÇÕES E IMPULSOS DO NÚCLEO CENTRAL

A compreensão de uma cidade ultrapassa a abordagem estritamente arquitetônica. As sucessivas modificações do espaço natural e do edificado, sempre em função do crescimento da cidade, não podem ser dissociadas das transformações do perfil da população residente na cidade, que por sua vez transforma-se no decorrer do tempo e transforma a cidade.

4.1 – Vivência do núcleo central

O espaço da cidade abriga muitos modos de ser dos habitantes e usuários e de específicas relações sociais e culturais. O núcleo central de Itapecerica da Serra não foge dessa afirmação. Ao mesmo tempo, essa diversidade de modos de ser geram novos aprendizados e comportamentos, sendo possível prever alterações espaciais e vivenciais sempre que um novo estímulo provoca novo aprendizado e mudança de comportamento.

Por ser um organismo vivo como outras cidades, Itapecerica é refratária a qualquer atividade que a congele no tempo. Isso transparece nas vivências do espaço do núcleo central.

Essas vivências são manifestações da cultura popular que, de modo geral, mudam de nome, se adaptam aos novos tempos e situações mas nunca desaparecem por completo. São formas culturais assimiladas pela interação com migrantes e imigrantes num trabalho constante de atualização, de ressignificação em função de um contexto específico.⁶⁷

⁶⁷ MONTES, Maria Lúcia. Entre a vida comum e a arte: a festa barroca. In: ARAÚJO, Emanuel (org.). *O universo mágico do Barroco brasileiro*. São Paulo: Fiesp, 1998. p.379.



*...a festa é, antes de mais nada, destinada a nos impregnar pelos cinco sentidos, remetendo-nos ao mesmo tempo a um acontecimento do presente e a estruturas arcaicas de um imaginário próprio da longa duração da História.*⁶⁸

A seguir são relatadas as vivências realizadas no núcleo central de Itapecerica da Serra.

FESTA DO DIVINO:

Festa religiosa estabelecida em Portugal nas primeiras décadas do século XIV pela rainha D. Isabel (1271-1336), casada com o rei D. Diniz de Portugal (1261-1325). Começou com a construção da Igreja do Espírito Santo em Alenquer, de onde a devoção propagou-se rapidamente, tomando-se uma das mais intensas e populares, regulamentada no Código Afonsino. Foi trazida ao Brasil no século XVI. Havia na festa, palanques e coretos armados para o assento do Imperador do Divino, que poderia ser uma criança ou um adulto escolhido para presidi-la e que gozava de direitos majestáticos, libertando presos comuns em certas localidades portuguesas e brasileiras.

Para a organização da festividade havia a Folia do Divino, bando precatório que saía pedindo e recebendo auxílios de toda a espécie. Constituíam-se de músicos e cantores, com a Bandeira do Divino, ilustrada pela pomba simbólica, recepcionada com devoção por toda parte. Essas folias percorriam grandes regiões, gastando semanas ou meses inteiros. Em certas localidades brasileiras esse costume ainda é mantido, como em Parati – RJ.

Do prestígio desta festa, basta lembrar que o título de Imperador do Brasil foi escolhido, em 1822, pelo ministro José Bonifácio de Andrada e Silva porque

⁶⁸ MONTES, M. L. Op. cit., p.379.



o povo estava mais habituado com o nome de Imperador (do Divino) do que com o nome de Rei.⁶⁹

É uma festa móvel: quarenta dias depois do domingo da Ressurreição é a quinta-feira da Ascensão do Senhor (Dia da Hora) e dez dias depois é domingo de Pentecostes, dia do Divino Espírito Santo.

A festa é precedida por novena e ladainha, com a procissão das bandeiras e a quermesse na praça, assistidas por uma multidão de devotos. Não pode faltar o levantamento do Mastro Votivo com o Império do Divino ricamente ornamentado. O toque das caixas de repique da folia percorrendo as ruas, afugenta a doença e traz fartura, principal graça que se pode alcançar com a celebração do Divino.

As comemorações do Divino Espírito Santo recebem várias denominações: Império do Divino, Festa do Espírito Santo, Festa do Coração, Folia do Divino. A pomba branca é a representação do Espírito Santo e sua única simbologia cultuada universalmente. A cor predominante é o vermelho, que corresponde à cor litúrgica da igreja católica para o período pentecostal.

No estado de São Paulo, a devoção ao Divino Espírito Santo constitui-se um dos mais fortes núcleos das devoções populares, sendo uma celebração das mais cheias de pompa e espetacularidade desde os tempos do Brasil Colônia.⁷⁰

Esse forte apelo popular da Festa do Divino também está presente em Itapequerica da Serra. Ao que tudo indica, a celebração existia desde os tempos coloniais na cidade. Há um registro fotográfico do ano de 1931 mostrando o vigor que a tradição mantinha e outros dois registros sem data, mas possivelmente de período

⁶⁹ CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. São Paulo: Global, 2001. p.198-9.

⁷⁰ MACEDO, Toninho. Revelando São Paulo (500 anos de Brasil). *D. O. Leitura*, nº 11, 2000. (publicação encartada), p.6.

próximo. O curioso é que em um deles vemos uma criança segurando a coroa, provavelmente o Imperador do Divino.

Após a década de 1980 não há mais registros da ocorrência da festa do Divino em Itapequerica, não sendo possível, no momento precisar o que provocou o desaparecimento da celebração. Há cerca de três anos, a festa do Divino está sendo resgatada através de um projeto do Departamento de Cultura com a comunidade de São Francisco de Itaquaciara, um dos bairros da cidade.

A folia percorre o bairro semanas antes da festa, angariando fundos e alimentos para a festa que é realizada na praça da Matriz. No dia da festa, até chegar na praça, a folia percorre as ruas centras da cidade (**Figura 32**).



Figura 32: Folia do Divino se apresentando na praça da Matriz, 2000.

FESTA DE SANTA CRUZ

A devoção à Santa Cruz estimulada pelos jesuítas, popularizou-se depressa entre os índios no início da colonização do Brasil. A cruz plantada pelos missionários nos terreiros das malocas, conduzida processionalmente, saudada pelo

canto, autos, pregações e orações diárias, fixava o local das cerimônias religiosas. Foi o primeiro símbolo deixado pelo europeu na terra brasileira.⁷¹

Os cruzeiros fincados diante das igrejas atraem uma verdadeira mística. Outrora era um local muito procurado para sepultamento. Era como um voto, sabidamente feito, enterrar-se no cruzeiro, ao redor do Santo Madeiro. Quando não havia iluminação pública nas cidades, vilas e povoações, o lampião do cruzeiro era a única luz.

Há devoções à Santa Cruz expressas nos terços rezados ao ar livre, no seu dia votivo, 3 de maio. Nas celebrações em homenagem à Santa Cruz não há intervenção eclesiástica. O povo dirige sua manifestação como entende. Reunidos, os fiéis rezam diante da Santa Cruz, ajoelhados e contritos. Uma pessoa canta versos religiosos em louvor. Beijam a Santa Cruz, deixam esmolas, ex-votos, velas acesas e fitas amarradas na madeira.

No estado de São Paulo, teve início na Aldeia de Carapicuíba por iniciativa do padre Belchior Pontes, durante a catequese dos índios da região, no início do século XVIII. Também é encontrada em Itaquaquecetuba, Cercado Grande e Embu. Durante o período em que a festa se realiza há missa, novena, procissão, leilão, danças, jogos, barraquinhas, levantamento de mastro.

A devoção também se expressa com a Dança de Santa Cruz, uma sequência de danças com que se saúdam o Cruzeiro Principal e depois saem em procissão para saudar as cruzes enfeitadas de flores colocadas na porta das casas, quando os participantes cantam a saudação:

*Deus te salve cruz bendita
toda coberta de flor
onde Cristo verdadeiro
padeceu por nosso amor.*

⁷¹ CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. São Paulo: Global, 2001. p.616-7.



Nessas localidades, durante a semana toda há festividades variadas, comidas e bebidas. À chegada, os cantadores e instrumentistas são recebidos com gemada e vinho do Porto ou outras bebidas, pois o mês de maio é frio na região e é preciso esquentar o pessoal. No final da festa dança-se a zagaia, de origem desconhecida, e canta-se a despedida:

*Vamos dar a despedida
como Deus Cristo em Belém
Vamos dar a despedida
até pro ano que vem.*⁷²

É importante observar em Itapecerica da Serra três aspectos:

1º) Foi num bairro de Itapecerica que nasceu o padre Belchior Pontes e, conforme dissemos no capítulo 3, ele esteve nas localidades acima citadas e em sua terra natal no serviço catequético. Mas não há registros de que a festa de Santa Cruz tenha sido implantada em Itapecerica.

2º) A ladainha de Santa Cruz realizada em Itapecerica da Serra é um evento religioso iniciado há aproximadamente 30 anos por um grupo de senhoras religiosas que procuram resgatar uma tradição cultural de origem no período colonial.

3º) O Cruzeiro da cidade nem sempre foi em frente a igreja matriz: como a igreja é uma edificação de origem jesuítica, com certeza havia uma cruz no terreiro em frente da igreja; nas fotografias pesquisadas, sendo a mais antiga de 1905 indo até por volta do início de 1990, não há cruz no terreiro. Ele surge apenas no final dos anos 90, colocado do lado da igreja e construído de acrílico azul e branco, com luzes fluorescentes para serem acesas à noite (**Figura 26**). E o mais interessante: ele foi retirado desse local no mês de maio de 2002, ficando agora em trecho da avenida 15 de novembro que dá acesso a Itapecerica pela rodovia Régis Bittencourt.

⁷² CASCUDO, L. da C. Op. cit., p.231.



ROMARIAS

São Paulo congrega o maior número de centros de peregrinação do Brasil. Afora as três cidades santuários de grande expressão – Aparecida do Norte, Pirapora do Bom Jesus e Iguape – existem muitos outros com as mais variadas motivações devocionais, procurados rotineiramente ou em datas especiais por todos os segmentos sociais.

Um traço cultural e religioso que se destaca em São Paulo são as romarias: a pé, de bicicleta, a cavalo, de charrete, de motos, de carro, em ônibus fretados ou de carreira. Ocorrem durante todo o ano, apresentando, ciclicamente, grandes picos que chegam a demandar ações especiais dos departamentos de trânsito das cidades santuários.

Quando a pé, os romeiros se auto-intitulam caminheiros e seguem sós, em duplas ou em grupo e alguns podem arrastar cruzes por uma distância superior a 100 quilômetros. Há caminheiros que se organizam em grupos que peregrinam regularmente, alguns destes beirando os 50 anos ou mais de caminhadas.

São também numerosas as romarias com organizações internas que chegam a ser complexas; em alguns casos são verdadeiras instituições que congregam grande número de afiliados e que peregrinam regularmente, destacando-se dentre estas as romarias a cavalo, que apresentam maior nível de organização e complexidade, algumas delas bem longevas e chegando a congregar acima de 1.500 cavaleiros. Essas romarias são, via de regra, uma convergência de expressões culturais com variedade de elementos convergentes (alimentos, indumentárias, sincretismo religioso).

Em Itapecerica da Serra temos um exemplo bem claro dessas organizações de peregrinos: os *Cavaleiros da Fé*. Formado de homens de diversas idades, todos cavaleiros e de diversas origens sociais, anualmente se organizam em determinadas ocasiões e partem em marcha para romarias que podem durar diversos

dias dependendo da distância. Como o próprio nome do grupo diz, são cavaleiros da fé e têm toda uma organização, com grupo de apoio responsável pela alimentação, abrigos para os pernoites durante o percurso, indumentária, etc.

Saem sempre da praça da Matriz não importa para qual cidade seja a romaria, e recebem a benção do padre para que a jornada seja cumprida com tranqüilidade. É importante destacar que todas as romarias, não importa em qual cidade e forma que é realizada, precisa sempre receber a benção do sacerdote local e tradicionalmente saem da praça onde está localizada a igreja matriz que desde os tempos coloniais é o local das manifestações religiosas e populares.

Há três romarias já tradicionais, realizadas todos os anos:

- ROMARIA À BOM JESUS DE PIRAPORA

Data: julho

Romeiros, pedestres, ciclistas, cavaleiros, charreteiros e motorizados partem do centro da cidade com destino à Pirapora do Bom Jesus. Retorno à Itapeçerica da Serra com benção, queima de fogos e show regional na praça da Matriz. Esta é uma das mais tradicionais romarias em todo o estado de São Paulo.

- ROMARIA À SÃO ROQUE (A CAVALO)

Data: agosto

Local: partida e chegada na praça da Matriz

Grupo de amigos reúnem-se e vão a cavalo até a cidade de São Roque.

- ROMARIA À APARECIDA DO NORTE (A CAVALO)

Data: setembro

Local: partida na praça da Matriz



Um grupo de amigos reúne-se anualmente para um ato de fé. Percorrem 370 Km a cavalo em direção ao Santuário de Aparecida do Norte (**Figura 33**).



Figura 33: Cavaleiros partindo em romaria para Aparecida do Norte, 2001.

CORPUS CHRISTI

A ornamentação dos logradouros em momentos festivos é traço importante de nossa cultura desde os tempos coloniais, de forma especial a procissão de Corpus Christi.

Uma das mais solenes procissões católicas em Portugal, manteve a tradição no Brasil. Os devotos acompanhavam o pálio sob o qual ia Santa Hóstia, Corpo de Deus, numa custódia de ouro, erguida nas mãos da primeira autoridade sacerdotal da localidade. Não havia desculpas para uma ausência nem se queria faltar. Valia como demonstração de fé, exibição de prestígio sagrado.⁷³

É uma festa móvel: quarenta dias depois do Domingo da Ressurreição é a Quinta-feira da Ascensão (Dia da Hora). Dez dias depois é o

⁷³ CASCUDO, L. da C. Op. cit., p.162-3.

Domingo de Pentecostes, dia do Divino Espírito Santo. O domingo imediato é o da Santíssima Trindade e na primeira quinta-feira é o Corpus Christi, Corpo de Deus. O ponto alto da festa é a procissão, acompanhada de cantos litúrgicos (**Figura 34**).

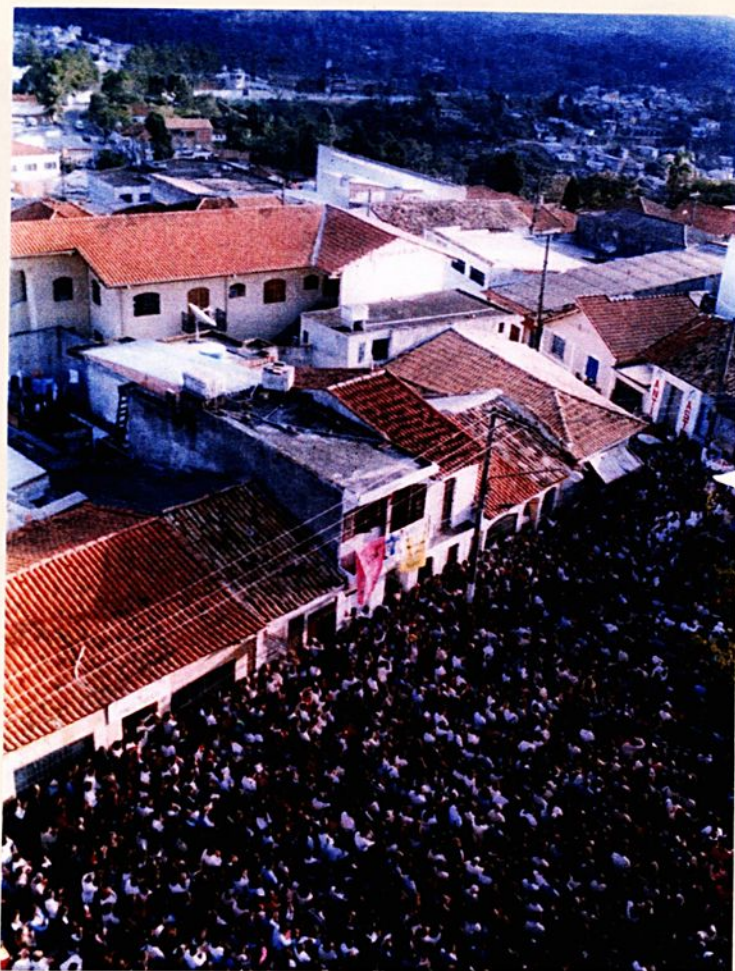


Figura 34: Início da procissão de Corpus Christi, na praça da Matriz de Itapequerica da Serra, 1999.

Em Itapequerica da Serra a tradição ainda se mantém desde os tempos coloniais, traduzindo a religiosidade e o fervor da população que reproduz antigos costumes cristãos.

As vias públicas são preparadas para a passagem do cortejo religioso por elementos da comunidade que as transformam em tapetes de vivo colorido feito de contas, grãos, sementes, serragem multicolor, pétalas de flores e outros materiais (**Figura 35**).

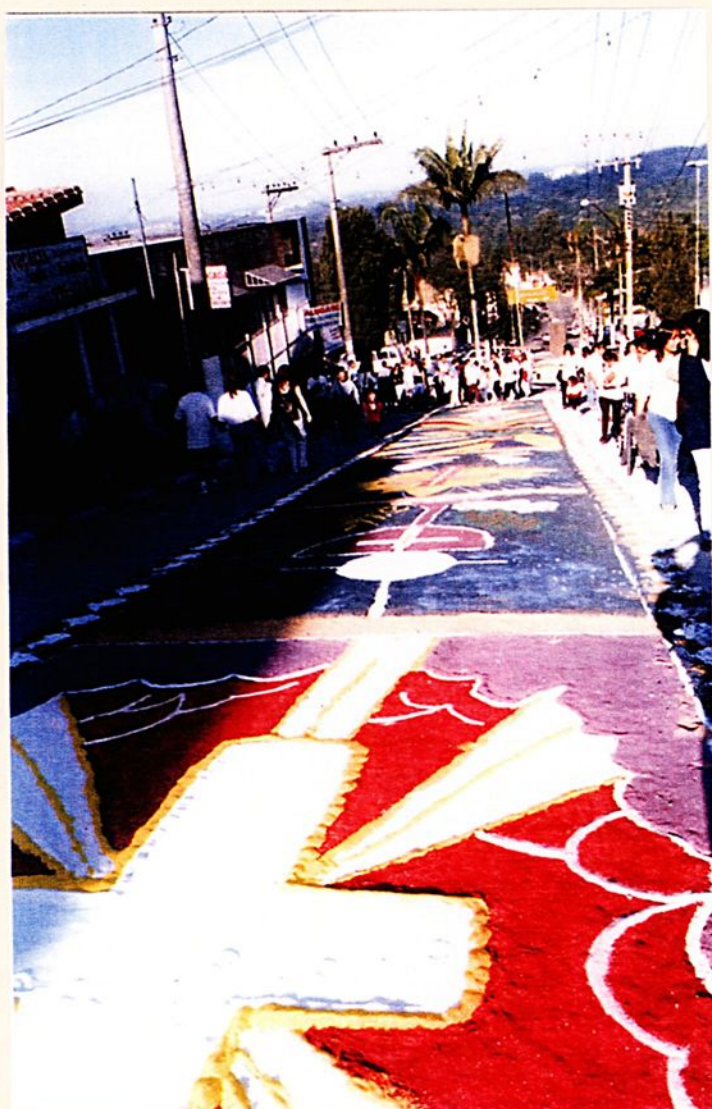


Figura 35: Tapete para a procissão de Corpus Christi, 1999.

Nos últimos 30 anos a elaboração de tapetes de rua entrou em fase de ascensão, despertando atenção da mídia. Afora o lado expressivo e os excelentes resultados artísticos, é de se destacar a extensão desses tapetes, a diversidade de materiais utilizados (sucata em geral, pós de pedra, colchas e bordados), mas sobretudo, o envolvimento de grandes parcelas de todos os segmentos das comunidades.

ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO

Comemorado no dia 08 de maio, data da emancipação político-administrativa (08/05/1877) do município de Itapecerica da Serra, que até essa data pertencia ao que era o município de Santo Amaro.

É curioso notar que essa data esta relacionada com um fato administrativo, enquanto que na maioria das cidades brasileiras a comemoração de seu aniversário é no dia do santo padroeiro ou no dia da fundação da vila, do estabelecimento de famílias ou comunidades em determinado local. Como em Itapecerica a data de sua fundação demorou muito tempo até ser esclarecida, após a fixação do município comemora-se a festividade nessa data.

As festividades de exaltação de uma cidade sempre existiram e se manifestação de diversas formas, como por exemplo nas paradas militares. Em alguns reinados da Europa desde a Idade Média, elas aconteciam evidenciando a figura do rei e seu exército.

Devido à sua origem, a comemoração é organizada pela Prefeitura Municipal – Departamento de Cultura. Ela acontece nas ruas centrais do centro histórico com desfile de escolas, exposição de artes, danças e shows.

A população aguarda com bastante curiosidade o desfile de aniversário que é realizado pela manhã quando começa a ocupar as ruas centrais da cidade (**Figura 36**). É sempre uma espécie de desfile temático, enfatizando aspectos positivos do município, como por exemplo, seu desenvolvimento comercial, as manifestações folclóricas, as comunidades urbanas e rurais, a agricultura ou a cultura (**Figuras 37 e 38**). Também vale destacar que essa comemoração, por não ser religiosa, é a que mais atrai pessoas para o núcleo central de Itapecerica da Serra.



Figura 36: População aguardando desfile de aniversário da cidade na ladeira Capitão Moraes, maio de 2000.



Figura 37: Desfile de 08 de maio de 2000. Avenida 15 de novembro.

4.2 – Percepção e imagens de Itapecerica da Serra

A percepção do espaço urbano como experiência e fenômeno está na possibilidade de apreensão do cotidiano da cidade para retirar dela mesma os elementos da ação e intervenção sobre ela. Esses elementos não se manifestam como uma certeza, mas como um processo, uma possibilidade e alteram-se de acordo com as características sócio-culturais e informativas do morador da cidade e das características físicas, econômicas e de infra-estrutura do espaço urbano.

Perceber a cidade é transformá-la em um conjunto de pontos claramente registrados e marcados por um rápido reconhecimento dos espaços. No presente trabalho, a imagem (mapas e fotografias) foi a fonte de informação sobre a cidade de Itapecerica da Serra.

O objetivo desse trabalho não foi somente o de reunir exemplares iconográficos de Itapecerica para realizar uma história ilustrada, mesmo porque muitas das imagens nada têm de ineditismo; pelo contrário, são imagens conhecidas da população: pertencem ao acervo dos Departamentos de Cultura e de Turismo, da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente e do fotógrafo local, Sr. Nelson de Oliveira. Algumas foram por mim realizadas durante a pesquisa de campo como bolsista do CNPq. Vale lembrar também que muitas dessas imagens são constantemente utilizadas pela imprensa local para ilustrar matérias diversas nos jornais da região.

Contextualizar o tema em suas diversas possibilidades e relacionadas ao proposto inicialmente no trabalho, é uma exigência metodológica.

As transformações econômicas e sociais deixam na cidade marcas ou sinais que contam uma história não-verbal, pontilhada de imagens, valores, usos, hábitos e crenças.

Para resgatar essa história não-verbal de Itapecerica da Serra, fez-se necessário um esboço de uma história da imagem urbana do Brasil e das técnicas de registro, mesmo correndo o risco de simplificação de alguns fatos. Realizar esse esboço foi um exercício de detida observação e esforço interpretativo para verificar a eficiência com que sintetizaram uma representação da cidade.

Apreendendo a percepção desenvolvida sobre as cidades e vilas do Brasil desde o período colonial foi possível definir o espaço urbano concebido como tendo uma natureza comum que é inerente ao todo e a cada um em separado, portanto possível de ser transposto para a análise do espaço em questão – Itapecerica da Serra – e permitir compreender a visibilidade cultural da paisagem de ontem e de hoje.

Além de contextualizar o tema, delimitar a área de observação também é uma exigência metodológica.

A área central foi escolhida por conter exemplares de todo processo evolutivo da ocupação do território da cidade, constituindo a somatória das transformações ocorridas, quer nas edificações e na trama urbana, quer nos usos e vivências desse espaço. A caracterização do local foi indispensável. Todos os elementos estudados no capítulo 3 – o sítio urbano, o traçado, as edificações, as ruas, as praças – configuram-se para informar sobre a realidade do contexto urbano.

O estudo das características físicas, dos usos e transformações urbanas e sociais não foi uma análise idealista nem se ateve ao estudo do espaço projetado: foi uma análise da realidade tentando desvendar o sistema de produção cultural e vivencial do espaço urbano.

A dinâmica das vivências do espaço urbano descritas e analisadas no capítulo 4, ressalta o aspecto fenomênico do estudo: elas aparecem, desaparecem e ressurgem em diversas épocas e constituem um aspecto próprio do



fenômeno **cidade**: a impermanência do viver urbanamente. Da mesma forma, relatar os usos e hábitos que deram a Itapeçerica da Serra sua imagem característica, é resgatar seu sentido de ser no mundo enquanto cidade.

Os elementos que indicam a origem de Itapeçerica da Serra no período colonial continuam presentes e referenciais no traçado da cidade, em algumas edificações e nas vivências realizadas no núcleo central e projetadas nas imagens divulgadas da cidade.

Sendo a cidade o mundo artificial criado pelo homem para existir sobre o mundo natural, constatar que Itapeçerica da Serra se transformou, é constatar que os interesses de seus habitantes se transformaram e que esse mundo artificial ainda não atende à relação que eles mantêm com as coisas, com os outros e consigo mesmo.



*De uma cidade não aproveitamos as suas
sete ou setenta e sete maravilhas,
mas a resposta que dá às nossas perguntas.*⁷³

⁷³ CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 44.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Minhas indagações iniciais sempre foram sobre as transformações que atingem a vida diária nas cidades e mais especificamente, Itapequerica da Serra - SP: as correntes migratórias, as interferências na arquitetura e no espaço do núcleo central, o sistema de transporte intenso e concentrado em ruas estreitas, a concentração de informações visuais e letreiros nas fachadas dos edifícios. Tudo parecia complexo para ser compreendido e Itapequerica parecia estar em crise.

Compreendi no decorrer da pesquisa que minha concepção de cidade era inicialmente idealizada e nessa concepção, Itapequerica estava em decadência, havia envelhecido e, portanto, havia necessidade de recuperar o seu sentido de cidade e isso poderia ser realizado através da sua memória iconográfica.

Nesse percurso um outro problema: os registros eram escassos, praticamente limitados a fotografias existentes no acervo do Departamento Cultural, doadas por diversas famílias e habitantes da cidade. A maioria desses registros era de fotografias, sendo as mais antigas do início do século XX (1905). Registros em desenhos e gravuras não existiam e alguns mapas antigos não foram localizados.

A análise das imagens levou-me às imagens produzidas pelos artistas viajantes, e em sua maioria estrangeiros de passagem pelo Brasil no decorrer de sua história. Muitos deles passaram por rotas próximas à Itapequerica e precisava ter certeza de que não deixaram registro imagético da região.

Isso me possibilitou entender o olhar estrangeiro sobre as cidades brasileiras, pois de certa forma, eu era uma estrangeira em Itapequerica da Serra e também queria falar sobre uma vivência ambiental de um local desconhecido.

Com as fotografias que passei a realizar nas idas até Itapequerica durante toda a pesquisa, tive uma vantagem ao registro pictórico estático produzido

pelos artistas que registraram o Brasil a partir exclusivamente da sua própria percepção.

A constatação marcante nesta etapa da pesquisa foi a de que a imagem define apenas um aspecto da cidade e que geralmente se restringe aos espaços construídos pelo homem.

A possibilidade da exploração dos elementos culturais a partir das festas e das vivências no núcleo central deu-me a resposta para minha inquietação: Itapequerica da Serra – SP cresce e se transforma de num processo contínuo e evolutivo e entender parte desse processo foi possível a partir da análise das vivências realizadas no espaço do núcleo central da cidade, dentro de suas características estruturais. Ela não envelheceu nem decaiu enquanto cidade.

O conhecimento do espaço urbano foi renovado a cada confronto meu com a sua realidade. A transformação da cidade é a história do uso e de seus espaços e sua vitalidade demonstra o que o usuário pensa, deseja, despreza, a relação de suas escolhas, tendências e prazeres. Essa história é escrita pelo usuário numa relação com o espaço e sua recepção.

A sedimentação de um uso urbano indica a apropriação do espaço ambiental pelo habitante e usuário, sua identificação com ele. Portanto, é o uso que dinamiza o espaço e o concretiza como modo de ser de Itapequerica cidade ou do modo de viver nela.

O uso é o modo de reconhecimento e percepção do ambiente e a lembrança que dele conserva substitui o próprio espaço e confere ao uso um caráter de permanência cotidiana e rotineira. A nova possibilidade que esse resultado aponta é o aprofundamento da pesquisa, submetendo aos habitantes de Itapequerica da Serra a observação das imagens pesquisadas e apreender a percepção que ele desenvolve da sua cidade.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos da História Colonial (1500-1800) & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 1963.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. *O lugar da arquitetura depois dos modernos*. São Paulo: Edusp, 2000.

_____. *Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica*. São Paulo: Edusp, 2001.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ARNEIRO, Lúcia Maria Bitancourt C. de. *Projeto Gomerl de arte pública: arte pública, turismo sustentável e proteção ambiental ou o trabalho participativo na apropriação do espaço público*. São Paulo: IA/UNESP, 2001. (Dissertação de Mestrado)

AZEVEDO, Aroldo de (org.). *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*. São Paulo: Nacional, 1958.

_____. As cidades. In: *Brasil: a terra e o homem*. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1970. v.2, p.211-282.

_____. Vilas e cidades do Brasil Colonial: um ensaio de geografia urbana retrospectiva. *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP*, nº11, 1956.

AZEVEDO, Salvio de Almeida. Imigração e colonização no estado de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal (São Paulo)*, nº75, p.105-118, 1941.

BANDEIRA, Júlio. *A paisagem pitoresca no Brasil*. Rio de Janeiro: Museus Castro Maya, 1998.



- BARBOSA, Alexandre Lourenço (org.). *Aparecida: a multiplicidade do olhar*.
Aparecida (SP): s.ed., 2000.
- BARTHÉLÉMY, Jean. Nosso patrimônio no ano 2.000. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº20, p.108-111, 1984.
- BELUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos viajantes*. São Paulo: Metalivros / Objetiva, 2000. 3 v.
- BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- BERNARDES, Nilo e AB'SABER, Aziz Nacib. *Vale do Paraíba, serra da Mantiqueira e arredores de São Paulo*. Rio de Janeiro: Cons. Nacional de Geografia, 1958.
- BOLLE, Willi. *Metrópole moderna: os "retratos" benjaminianos de cidades*. São Paulo: Folhetim (FSP), 09/12/84. p.03-05.
- BONINA, Celi. *As olarias de Itapeceira da Serra (SP)*. Relatório final de bolsa de Iniciação Científica. São Paulo: CNPq, 1989.
- BRUNO, Emani da Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953. 3v.
- _____. *Viagem ao país dos paulistas: ensaio sobre a ocupação da área vicentina e a formação de sua economia e de sua sociedade nos tempos coloniais*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. São Paulo: Global, 2001.
- CLETO, Marcelino Pereira et al. *Roteiros e notícias de São Paulo colonial: 1751-1804*. São Paulo: Governo do Estado, 1977.



COELHO Neto, J. Teixeira. *A construção do sentido na arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

CONDEPHAAT. *Inventário dos bens tombados: monumentos, obras de arquitetura, lugares históricos tombados pelo Governo do Estado. Relatório de Gestão: maio/79-julho/80*. São Paulo: 1980.

_____. *Patrimônio cultural paulista: CONDEPHAAT – Bens tombados 1968-1998*. São Paulo: Imesp, 1999.

CORRÊA, Dora Shellard. *Aldeamento de Itapecerica: de fins do século XVII a 1882*. Itapecerica da Serra: Estação Liberdade, 1999.

COSTA, Emília Viotti. Cotia e Itapecerica da Serra: subúrbios agrícolas. In: AZEVEDO, Aroldo de (org.). *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*. São Paulo: Nacional, 1956. v. 4, p.109-152.

COSTA, Lúcio. A arquitetura jesuítica no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº26, p.105-169, 1997.

COUTINHO, Evaldo. *O espaço da arquitetura*. Recife; UFPE, 1970.

CRITELLI, Dulce Mara. *Analítica do sentido: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica*. São Paulo: Educ/Brasiliense, 1996.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, s.d.

DEBRET, Jean. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1978. 3v.

DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede de cidades. *Boletim Geográfico (Rio de Janeiro)*, nº14, p.141-148 e nº15, p.299-308, 1944.

_____. Regiões e paisagens do estado de São Paulo: primeiro esboço de divisão regional. *Boletim Geográfico (Rio de Janeiro)*, nº24, p.1837-1850 e nº25, p.18-27, 1945.

FALCÃO, Joaquim. Política de preservação e democracia. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 20, p.45-9, 1984.

FERNANDES, Florestan (org.). *Comunidade e sociedade no Brasil*. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1972.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. *Olhar periférico: Informação, linguagem, percepção ambiental*. São Paulo: Edusp, 1993.

_____. *Os significados urbanos*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2000.

FONSECA, Pe. Manuel da. *A vida do venerável padre Belchior de Pontes*. São Paulo: Melhoramentos, s.d.

GRAHAM, Stephen. Rumo à cidade em tempo real: desenvolvimento urbano numa sociedade globalizada e telemediática. In: MORENO, Júlio (org.). *Da cidade da pedra à cidade virtual*. São Paulo: Agência Estado, 1996. p.15-41.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

ICOMOS. *Carta de Veneza* - Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº22, p.106-107, 1987.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KATINSKY, Júlio Roberto. *Um guia para a história da técnica no Brasil-Colônia*. São Paulo: FAU/USP, 1980.



LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico da Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LEITE, Serafim. Os jesuítas na Vila de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal (São Paulo)*, nº21, p.3-12, 1936.

LE MOS, Carlos A. C. *Notas sobre a arquitetura tradicional de São Paulo*. São Paulo: FAU/USP, 1984.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MACEDO, Toninho. Revelando São Paulo (500 anos de Brasil). *D. O Leitura*, nº11, p.1-8, 2000. (publicação encartada)

MAGALHÃES, Aloísio. Bens culturais: instrumento para um desenvolvimento harmonioso. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº20, p.40-44, 1984.

MARX, Murillo. *Cidade brasileira*. São Paulo: Melhoramentos, 1980.

_____. *Cidade no Brasil, em que termos?* São Paulo: Studio Nobel, 1999.

_____. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: EDUSP, 1989.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. *Identidade cultural e arqueologia*. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº20, p.33-36, 1984.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *O primado da percepção e suas conseqüências filosóficas*. Campinas: Papirus, 1990.



MONTES, Maria Lúcia. Entre a vida comum e a arte: a festa barroca. In: ARAÚJO, Emanuel (org.). *O universo mágico do Barroco brasileiro*. São Paulo: Fiesp, 1998. p. 363-381.

MORAIS, Rubens Borba de. Contribuições para a história do povoamento em São Paulo até fins do século XVIII. *Boletim Geográfico (Rio de Janeiro)*, nº30, p.821-829, 1945.

MORENO, Júlio (org.). *Da cidade de pedra à cidade virtual*. Estudos para II Conferência das Nações Unidas sobre assentamentos humanos – Habitat II. São Paulo: Agência Estado, 1996.

MUNIZ, Maria Izabel Perini. *Arquitetura rural do século XIX no Espírito Santo*. Vitória: Aracruz Celulose, 1989.

NEME, Mário. Dois antigos caminhos sertanistas de São Paulo. *Separata Anais do Museu Paulista*, nº23, 1969.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p.29-92.

PENTEADO, Antonio Rocha. Os subúrbios de São Paulo e suas funções. In: AZEVEDO, Aroldo de (org.). *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*. São Paulo: Nacional, 1956. p.05-60.

PESSÔA, José (org.). *Lúcio Costa: documentos de trabalho*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

PETRONE, Pasquale. *A cidade de São Paulo no século XX*. São Paulo: Nacional, 1958. 3v.

_____. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: Edusp. 1995.



PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1965.

RABINOVICI, Moisés. Invasão de bits transforma a vida das cidades. In: MORENO, Júlio (org.). *Da cidade da pedra à cidade virtual*. São Paulo: Agência Estado, 1996. p.9-12.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)*. São Paulo: Pini, 2000.

_____. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

_____. *São Paulo e outras cidades: produção e degradação dos espaços urbanos*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp/Imesp, 1999.

RIBEIRO, Evanice Maria. *A política de imigração no Primeiro Reinado: os núcleos coloniais de Itapecerica e Santo Amaro*. São Paulo: História/USP, 1997. (Dissertação de Mestrado)

ROCHA FILHO, Gustavo Neves da. *Levantamento sistemático destinado a inventariar bens culturais do Estado de São Paulo*. São Paulo: CONDEPHAAT, 1982.

RODRIGUES, Luiz Melo. As etnias brasileiras. In: *Brasil: a terra e o homem*. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1970. v.2, p.159-208.

SAIA, Luis. *Morada paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

SCHAMA, Simom. *Paisagem e memória*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

SAMPAIO, Teodoro. São Paulo de Piratininga nos fins do século XVI. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. 4, s.d.



SERRA, Geraldo. *O espaço natural e a forma urbana*. São Paulo: Nobel, 1987.

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros de Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: MEC/SPHAN, 1982.

SETZER, José. O estado atual do solo do município de Itapeceira, SP. *Revista Brasileira de Geografia (Rio de Janeiro)*, nº4, p.03-31, 1951.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ática, 1992.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. Os monumentos e sítios face à vida contemporânea: experiência brasileira. *Barroco (Belo Horizonte)*, nº13, p.87-94. 1984/5.

TIRAPELI, Percival. *A construção religiosa no contexto urbano do Vale do Paraíba - Estado de São Paulo*. São Paulo: ECA/USP, 1983. (Dissertação de Mestrado).

_____. *Patrimônios da humanidade no Brasil*. São Paulo: Metalivros, 2000.

TOLEDO, Benedito Lima de. Bem cultural e identidade cultural. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº20, p.29-32, 1984.

_____. *São Paulo: três cidades em um século*. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

TRIVIÑOS, Augusto. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação*. São Paulo: Atlas, 1987.



TSCHUDI, J. J. Von. *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins, 1953.

UNESCO. *Convenção sobre a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural* (aprovada pela Conferência Geral em sua 17ª Reunião). Paris: 16/11/1972.

VARGAS, Maria Thereza (coord.). *Da rua ao palco: notas sobre a formação do teatro na cidade de São Paulo*. São Paulo: SMC/Centro Cultural São Paulo/Divisão de Pesquisa, 1982. Cadernos 12.

VELHO, Gilberto. Antropologia e Patrimônio Cultural. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº20, p.37-39, 1984.



